

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA SECA 2012

9º RELATÓRIO

14 DE AGOSTO DE 2012



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Nota Introdutória	4
Súmula do Relatório	6
1. AVALIAÇÃO METEOROLÓGICA.....	10
1.1 Situação Atual de Seca Meteorológica.....	10
1.2 Precipitação em 31 de julho e no Ano Hidrológico 2011-2012.....	11
1.3 Comparação entre as Secas de 2005 e de 2012.....	12
1.4 Cenários de Evolução da Seca para agosto 2012	13
1.5 Teor de Água no Solo	15
2. AVALIAÇÃO HIDROLÓGICA	17
2.1 Disponibilidades Hidrológicas	17
2.1.1 Bacias Hidrográficas	17
2.1.2 Aproveitamentos Hidroagrícolas	20
2.2 Produção de Energia Elétrica	23
3. IMPACTO NA AGRICULTURA – Avaliação Regional.....	25
3.1 Região Norte	25
3.1.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	25
3.1.2 Cereais de Outono/Inverno	26
3.1.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas	26
3.1.4 Culturas Permanentes.....	27
3.1.5 Apicultura.....	28
3.1.6 Recursos Hídricos.....	28
3.2 Região Centro.....	29
3.2.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	29
3.2.2 Cereais de Outono/Inverno	29
3.2.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas	29
3.2.4 Culturas Permanentes.....	30
3.2.5 Apicultura.....	30
3.2.6 Recursos Hídricos.....	31
3.3 Lisboa e Vale do Tejo	31
3.3.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	31
3.3.2 Cereais de Outono/Inverno	32
3.3.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas	32

3.3.4 Culturas Permanentes.....	33
3.3.5 Apicultura.....	34
3.3.6 Recursos Hídricos.....	34
3.4 Alentejo.....	34
3.4.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	34
3.4.2 Cereais de Outono/Inverno	35
3.4.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas	35
3.4.4 Culturas Permanentes.....	36
3.4.5 Apicultura.....	36
3.4.6 Recursos Hídricos.....	37
3.5 Algarve	38
3.5.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	38
3.5.2 Cereais de Outono/Inverno	38
3.5.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas	38
3.5.4 Culturas Permanentes.....	39
3.5.5 Apicultura.....	40
3.5.6 Recursos Hídricos.....	40
4. FITOSSANIDADE.....	42
5. ABASTECIMENTOS DE POPULAÇÕES POR AUTOTANQUE.....	43
5.1 Número de abastecimentos alternativos de água para consumo humano	43
5.2 Distribuição espacial dos abastecimentos alternativos de água para consumo humano	44
6. INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	45
7. MEDIDAS PARA ATENUAR OS EFEITOS DA SECA.....	49
7.1 Apresentação	49
7.2 Divulgação	49
ANEXOS.....	50
Anexo I - Variação da Área Semeada	51
Anexo II - Variação da Produtividade.....	52
Anexo III -Medidas de Derrogação Administrativa	53
Anexo IV - Medidas Comunitárias de Antecipação do Pagamento e Outras	57
Anexo V - Medidas de Caráter Nacional	60

Nota Introdutória

O presente relatório, o nono produzido desde o início do ano no âmbito do acompanhamento das condições e efeitos da seca, que tem atingido o território continental em 2012, reporta-se a 31 de julho e inclui a seguinte informação: evolução da situação meteorológica e hidrológica, impactos da seca na agricultura e na pecuária, impactos das condições meteorológicas e hidrológicas na produção de energia, avaliação do estado de fitossanidade, avaliação de necessidades de abastecimentos alternativos de água para consumo, situação em termos de incêndios florestais e síntese e ponto de situação do conjunto de medidas definidas tendo em vista a atenuação dos efeitos da seca.

Verifica-se que determinadas situações sofreram agravamento de meados para finais do mês de julho, umas mais preocupantes do que outras, sendo de destacar, pela sua gravidade, o aumento de incêndios florestais, pese embora que a sua ocorrência não se deva, somente, à seca.

Encontrando-nos num período em que os valores da precipitação média mensal são reduzidos, não são expectáveis melhorias significativas da situação de seca.

Em termos meteorológicos a situação apresenta uma certa estabilidade, com ligeira melhoria no Norte e no Centro interior. As disponibilidades hídricas das albufeiras dos aproveitamentos hidroagrícolas apresentam apenas problemas pontuais no sul do País. Estão a consolidar-se estimativas que foram sendo avançadas em relação aos resultados de algumas atividades agrícolas, como as quebras relevantes de produção dos cereais de outono/inverno, assistindo-se a um esforço de adaptação das culturas de primavera/verão às disponibilidades hídricas.

Face à seca de 2005, com características diferentes da atual, existem áreas em que não tem sido necessário intervir, como é o caso do abastecimento de água para consumo humano.

A monitorização dos impactos da seca irá prosseguir de acordo com o determinado na Resolução de Conselho de Ministros nº 37/2012.

Súmula do Relatório

- No mês em causa a **precipitação média** ocorrida no território do Continente foi de 4.5 mm, inferior ao valor médio normal 1971-2000 (13.8 mm); A região Norte foi a que registou mais precipitação, cerca de 58% em relação ao valor normal, enquanto nas regiões a sul do território do Continente os valores foram muito baixos, não se verificando sequer precipitação em diversos locais;
- A **precipitação acumulada** conserva-se, no ano hidrológico 2011/2012, em 60% do valor normal acumulado de outubro a julho (referência 1971/2000);
- A **situação de seca meteorológica manteve-se**, o que é normal tendo em conta que os meses de verão são caracterizados por precipitações mensais médias baixas; Em 31 de julho, a percentagem do território em **seca fraca era de 1%, 15% em moderada, 26% em severa e 58% em extrema**;
- A **capacidade de água no solo** utilizável pelas plantas diminuiu na 2ª quinzena de julho em todo o território;
- As **bacias hidrográficas** apresentavam níveis de armazenamento inferiores aos valores médios para o mês de julho (1990/91 a 2010/11), com exceção das bacias do Ave, Mondego, Guadiana e Mira;
- As **campanhas de rega** a partir das barragens hidroagrícolas decorrem em condições normais, excetuando-se Odivelas, Silves, Lagoa e Portimão - em que se têm conseguido soluções para assegurar as necessidades hídricas - e Lucefecit que atingiu o nível crítico, tendo sido já implementada uma segunda fase do Plano de Rateio, mas para a qual estão a ser preparadas operações para ultrapassar os problemas;
- Comparando o registo de 2012 para o período de janeiro a julho com o período homólogo do ano anterior, a produção de **energia hídrica** foi 62% inferior, o que implicou um aumento de 129% de importação de energia elétrica;
- O ponto de situação em termos de estado de evolução das atividades agrícolas é o seguinte:
 - **Prados, pastagens permanentes e culturas forrageiras:** prosseguem as operações de corte, secagem e enfardamento dos fenos. Mantém-se o recurso a alimentos grosseiros armazenados e a concentrados, embora em

menor quantidade. As previsões continuam a apontar para quebras significativas nas produtividades/produções das culturas forrageiras, dos prados e das pastagens, apesar da recuperação ocorrida durante o período em que choveu. No Alentejo e no Algarve, os prados e pastagens naturais de sequeiro encontram-se, na sua grande maioria, esgotados. No que se refere às culturas em regadio a situação é ligeiramente melhor;

- **Cereais de outono/inverno:** as colheitas estão concluídas na maioria das zonas de produção e confirmam-se as quebras na produção de grão para a generalidade dos cereais, por redução de área semeada e quebra de produtividade. Em algumas zonas a sua qualidade é inferior à normal. Muitas searas apresentam um desenvolvimento irregular, tendo sido algumas desviadas para outros fins, que não a produção de grão (fenação ou pastoreio direto);
- **Culturas de primavera/verão:** O **milho de regadio** no Norte apresenta um desenvolvimento vegetativo heterogéneo em algumas zonas, na região de Lisboa e Vale do Tejo a sua evolução é boa, no Alentejo progride bem nas zonas em que os recursos hídricos são adequados e no Algarve perspectivam-se produtividades normais. O **milho de sequeiro** tem um estado vegetativo debilitado. O **arroz** no Alentejo apresenta uma situação semelhante à do milho de regadio;
- **Culturas hortícolas:** verifica-se em geral diminuição de área e dificuldade de germinação, o que poderá determinar quebra de produção;
- A **batata de sequeiro** regista diminuição de produção e a **de regadio** diminuição de área e tubérculos de menor calibre, mas de boa qualidade;
- **Tomate para indústria:** as plantas apresentam um bom aspeto vegetativo, tendo ocorrido redução de área no Alentejo;
- **Fruteiras:** nas pomóideas verificaram-se dificuldades na floração/polinização e no vingamento do fruto, com quebra de produtividade nas macieiras (exceto em Lisboa e Vale do Tejo) e nas pereiras; a maçã Bravo de Esmolfe deverá vir a registar quebra de produção relevante na Região Centro; quanto às prunóideas, nomeadamente a cereja,

- o pêssego e a ameixa, na maioria das zonas apresentam quebras significativas de produção;
- **Citrinos:** no Algarve, a colheita na maior parte dos pomares de citrinos das variedades mais tardias encontra-se terminada; A quebra de produção face a um ano normal varia entre 15 e 30% e os frutos apresentam calibre pequeno;
 - **Vinha:** recuperou o atraso do desenvolvimento vegetativo, mas apresenta evolução irregular, havendo variedades onde ocorreu algum desavinho; Em algumas zonas registar-se-ão quebras de produtividade, em outras não;
 - **Olival:** De um modo geral as condições climatéricas provocaram nos olivais de sequeiro deficiente vingamento do fruto e mesmo a sua queda, prevendo-se diminuições relevantes na produção; no olival regado a situação é normal;
 - **Apicultura:** De um modo geral houve necessidade de reforçar a alimentação artificial das abelhas nos primeiros meses do ano, dada a ausência de floração de espécies vegetais essenciais para esta atividade, e, posteriormente, pelo facto de a chuva, ventos fortes e variações bruscas da temperatura terem impedido a saída das abelhas das colmeias; a produção de mel sofreu quebras significativas;
- As **reservas hídricas** das explorações agrícolas que se encontram fora dos perímetros de rega públicos, estão no geral abaixo do nível do ano anterior, dado que a acumulação de água foi baixa e houve necessidade de regar as culturas num período em que, em condições normais, não seria necessário; Desta forma, as disponibilidades são variáveis ao longo do território, existindo, de um modo geral, ainda água nos poços e furos, charcas e pequenas albufeiras, mas tornando obrigatório o racionamento e maior eficiência no seu uso. São de salientar situações como a do Alentejo, onde as pequenas albufeiras e charcas se encontram praticamente esgotadas, e a o Baixo Mondego, já com carências hídricas;
 - Em termos de **fitossanidade**, no âmbito do Serviço Nacional dos Avisos Agrícolas, não se registaram situações graves e, em particular, relacionadas com a seca;

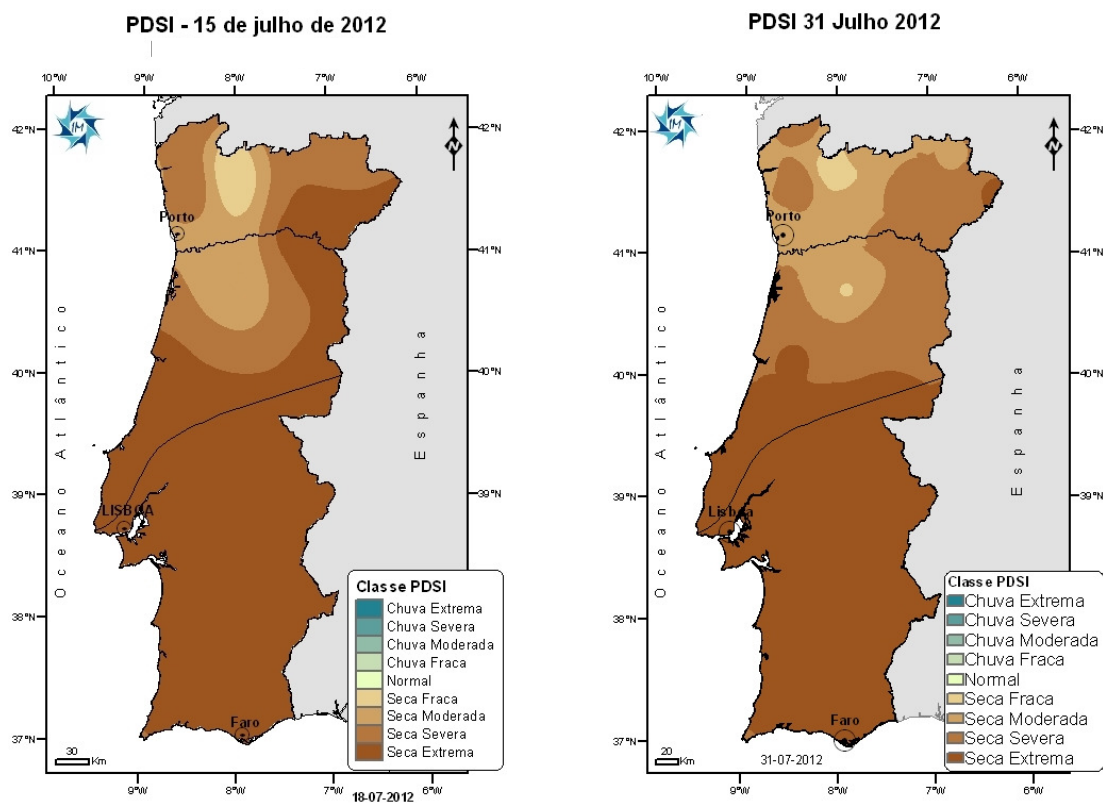
- Os **abastecimentos alternativos de água para consumo humano** permaneceram com um comportamento regular face ao observado em outros anos, não refletindo os efeitos da seca;
- O **índice meteorológico de risco de incêndio** agravou-se substancialmente desde o início do mês de julho, atingindo os valores mais elevados na terceira semana; O ano de 2012 registou quase 1,5 vezes mais área ardida do que a média dos últimos dez anos, especialmente de matos; O Distrito de **Faro** apresentou o maior valor de área ardida (22201 ha), sendo também preocupante a situação nos distritos de **Braga e Bragança**;
- Por fim, e no que diz respeito a medidas para mitigação dos efeitos da seca, importa realçar que no mês de julho foram implementados os seguintes apoios, a acrescer aos que se encontravam já em vigor:
 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas (adiantamento de 70%): pagamento efetuado a 30 de julho de 2012;
 - Apoio financeiro para compensação pelos custos de energia (vulgarmente Eletricidade verde): medida continua em preparação;
 - Linha de crédito (extensão a outros sectores que não a pecuária extensiva): medida continua em preparação;
 - Prorrogação do prazo até dia 15 de setembro (portaria 226-A/2012 publicada Dr nº 148, 1ª série de 1 de Agosto) para dispensa ou diferimento de pagamento de contribuições à Segurança Social, de julho a outubro de 2012;

1. AVALIAÇÃO METEOROLÓGICA

1.1 Situação Atual de Seca Meteorológica

A situação de seca meteorológica em Portugal Continental mantém-se, verificando-se em 31 de julho de 2012 um ligeiro desagravamento da seca extrema nas regiões Norte e parte do Centro, em particular nas zonas mais interiores (ver figura que se segue). No final de julho 1% do território encontrava-se em seca fraca, 15% em seca moderada, 26% em seca severa e 58% em seca extrema (ver tabela seguinte).

Evolução da distribuição espacial do índice de seca meteorológica em 15 e em 31 de julho de 2012



Fonte IM, I.P

Percentagem do território em seca de acordo com o índice PDSI

Classes PDSI	% de território afetado	
	15 jul 2012	31 jul 2012
chuva moderada	0	0
chuva fraca	0	0
Normal	0	0
Fraca	2	1
Moderada	11	15
Severa	18	26
Extrema	69	58
Total (seca severa + extrema)	87	84

Fonte IM, I.P

1.2 Precipitação em 31 de julho e no Ano Hidrológico 2011-2012

O valor médio da quantidade de precipitação ocorrida no território do Continente até 31 de julho (4.5 mm) é muito inferior ao valor médio mensal 1971-2000 (13.8 mm) para o mês de julho. Os valores de precipitação registados no mês de julho de 2012, em grande parte do território do Continente, foram baixos, tendo-se registado os valores mais elevados de precipitação em alguns locais da região norte. Na maioria das estações meteorológicas da parte sul do território do Continente não se verificou mesmo ocorrência de precipitação (ver tabela seguinte).

Valores médios da Precipitação mensal em 31 julho 2012

	Precipitação em 31 julho (mm)	Percentagem em relação ao valor normal 1971-2000 (%)
Norte	9.9	57.6
Centro	2.9	14.8
Lisboa e Vale do Tejo	0.4	2.9
Alentejo	0.3	2.9
Algarve	0.6	3.3

Fonte IM, I.P

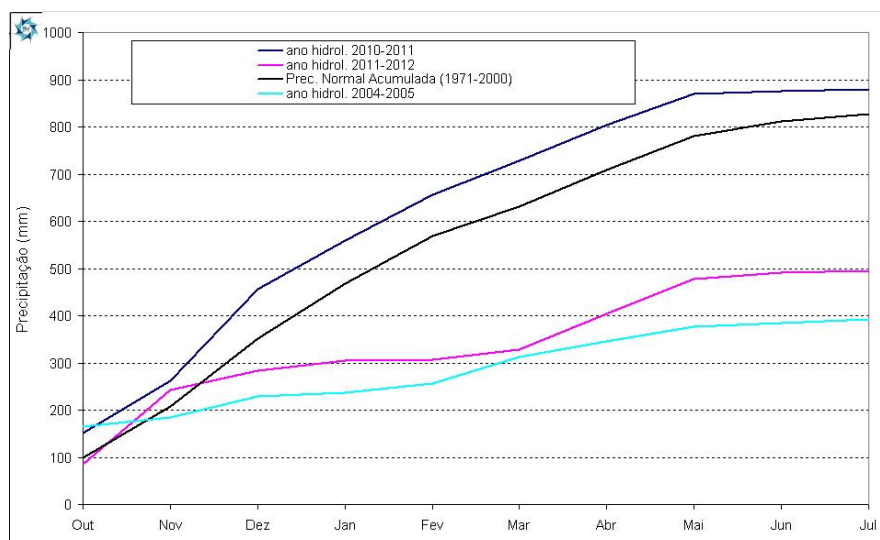
Na tabela que se segue, apresentam-se os valores da precipitação mensal (outubro a julho) nos anos hidrológicos 2004/05 (ano de seca), 2010/11, 2011/12 e normal 1971-2000, verificando-se que o total acumulado em 2011/12 continua inferior ao valor normal, mas superior ao de 2004/05.

Precipitação mensal nos anos hidrológicos 2004-2005, 2010/2011, 2011-2012 e valor médio 1971-2000.

Ano Hidrológico	Precipitação mensal no ano hidrológico (mm)										
	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Total
2004-2005	164.4	21.0	44.2	7.2	19.7	56.4	32.1	32.1	6.8	8.9	392.8
2010-2011	151.3	111.3	194.5	102.6	96.9	71.8	74.8	67.2	6.0	2.9	879.3
2011-2012	84.8	158.3	41.2	20.4	2.2	20.8	76.6	73.2	14.0	4.5	496.0
Normal 1971-2000	98.2	109.4	144.0	117.3	100.1	61.2	78.9	71.2	32.2	13.8	826.3

Fonte IM, I.P

Precipitação acumulada nos anos hidrológicos 2004-2005, 2010-2011 e 2011-2012 (outubro a julho) e média da quantidade de precipitação mensal acumulada (1971-2000)



Fonte: IM, I.P

1.3 Comparação entre as Secas de 2005 e de 2012

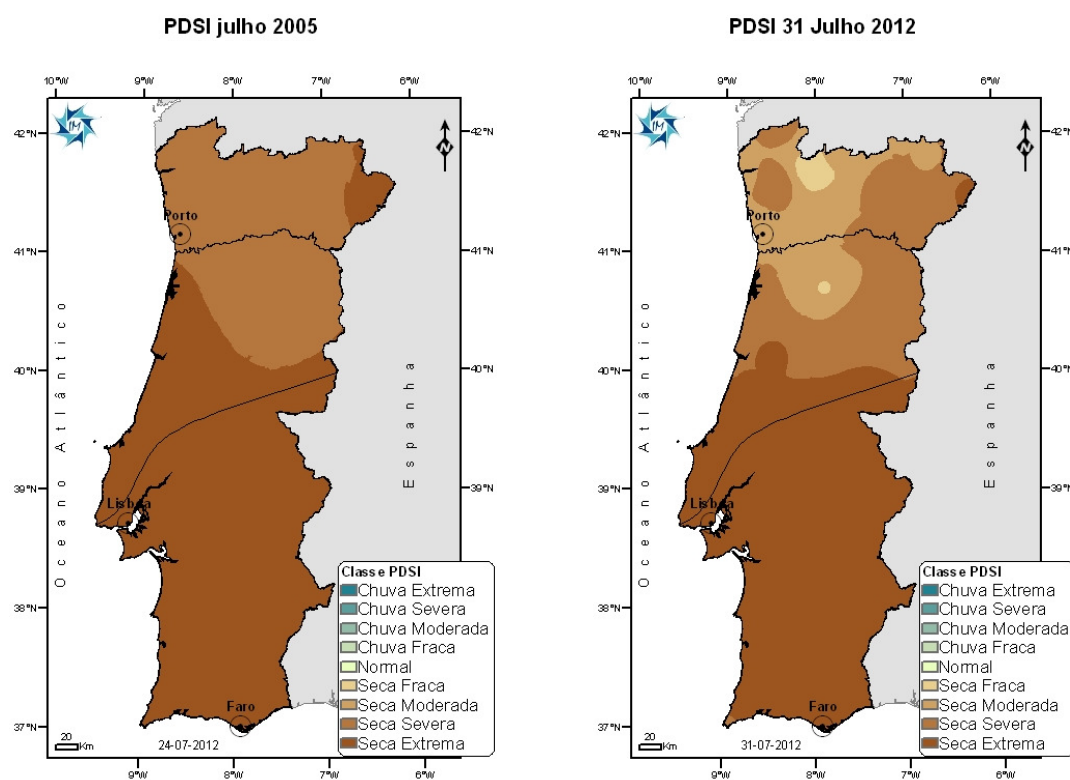
Nos últimos 10 anos a situação de seca mais grave que ocorreu foi no período de novembro 2004 a fevereiro de 2006. Na tabela seguinte apresentam-se as percentagens de território afetado pela situação de seca meteorológica entre 31 de janeiro e 31 de julho para 2011/12 e 2004/05, verificando-se, a 31 de julho, uma situação menos gravosa em 2012 do que em 2005. Na figura seguinte apresenta-se a distribuição espacial do índice de seca em 31 de julho de 2012 e de 2005.

Percentagem de território afetado pela seca meteorológica

Classes PDSI	% de território afetado												31 jul 2012	31 jul 2005
	31 jan 2012	31 jan 2005	29 fev 2012	28 fev 2005	31 mar 2012	31 mar 2005	30 abr 2012	30 abr 2005	31 mai 2012	31 mai 2005	30 jun 2012	30 jun 2005		
chuva severa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
chuva moderada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
chuva fraca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
normal	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
fraca	13	0	0	0	0	26	2	15	6	4	4	0	1	0
moderada	76	25	0	23	2	22	39	22	19	28	16	3	15	0
severa	11	53	68	44	41	28	59	20	30	20	24	33	26	27
extrema	0	22	32	33	57	24	0	43	44	48	56	64	58	73
Total (seca severa + extrema)	11	75	100	77	98	52	59	63	74	68	80	97	84	100

Fonte IM, I.P

Distribuição espacial do índice de seca meteorológica PDSI em 31 de julho de 2005 e de 2012



Fonte IM, I.P

1.4 Cenários de Evolução da Seca para agosto 2012

A evolução da situação de seca para o final do mês de agosto, tendo em conta a situação no final de julho de 2012, baseia-se na estimativa do índice PDSI para 3

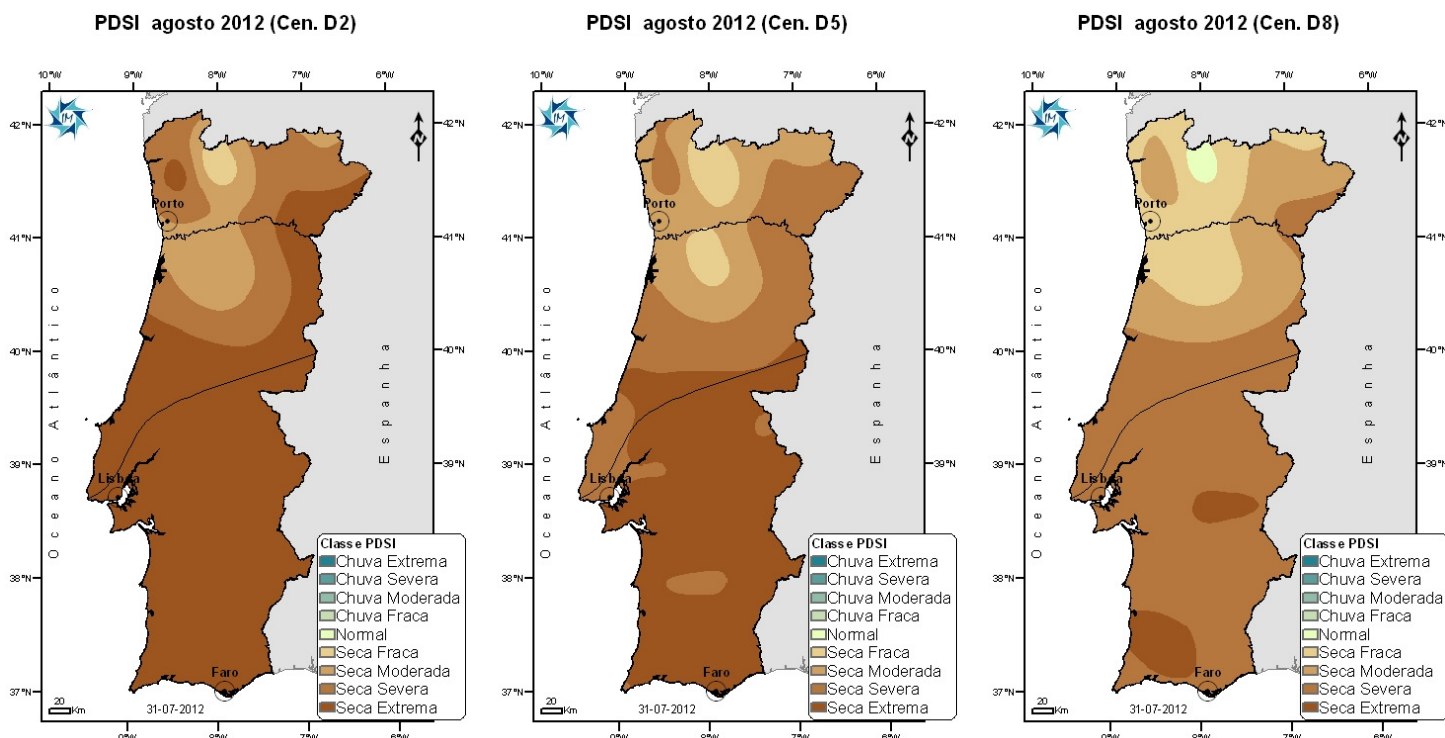
cenários diferentes de ocorrência da quantidade de precipitação (ver figura que se segue).

Distribuição espacial do índice de seca meteorológica em 31 de agosto 2012, para 3 cenários diferentes de ocorrência da quantidade de precipitação

Cenário 1

Cenário 2

Cenário 3



Se os valores da quantidade de precipitação forem muito inferiores ao normal (Cenário 1), espera-se um aumento da extensão da seca meteorológica extrema nas regiões Norte e Centro ficando 70% em seca extrema, 16% em seca severa, 13% em seca moderada e 1% em seca fraca.

Se a quantidade de precipitação for próxima do normal (cenário 2), espera-se uma ligeira diminuição da intensidade da seca em relação a 31 de julho, ficando 55% em seca extrema, 23% em seca severa, 17% em seca moderada e 5% em seca fraca.

Se a quantidade de precipitação for muito superior ao normal (cenário 3), espera-se uma diminuição da intensidade da situação de seca em todo o território, no entanto

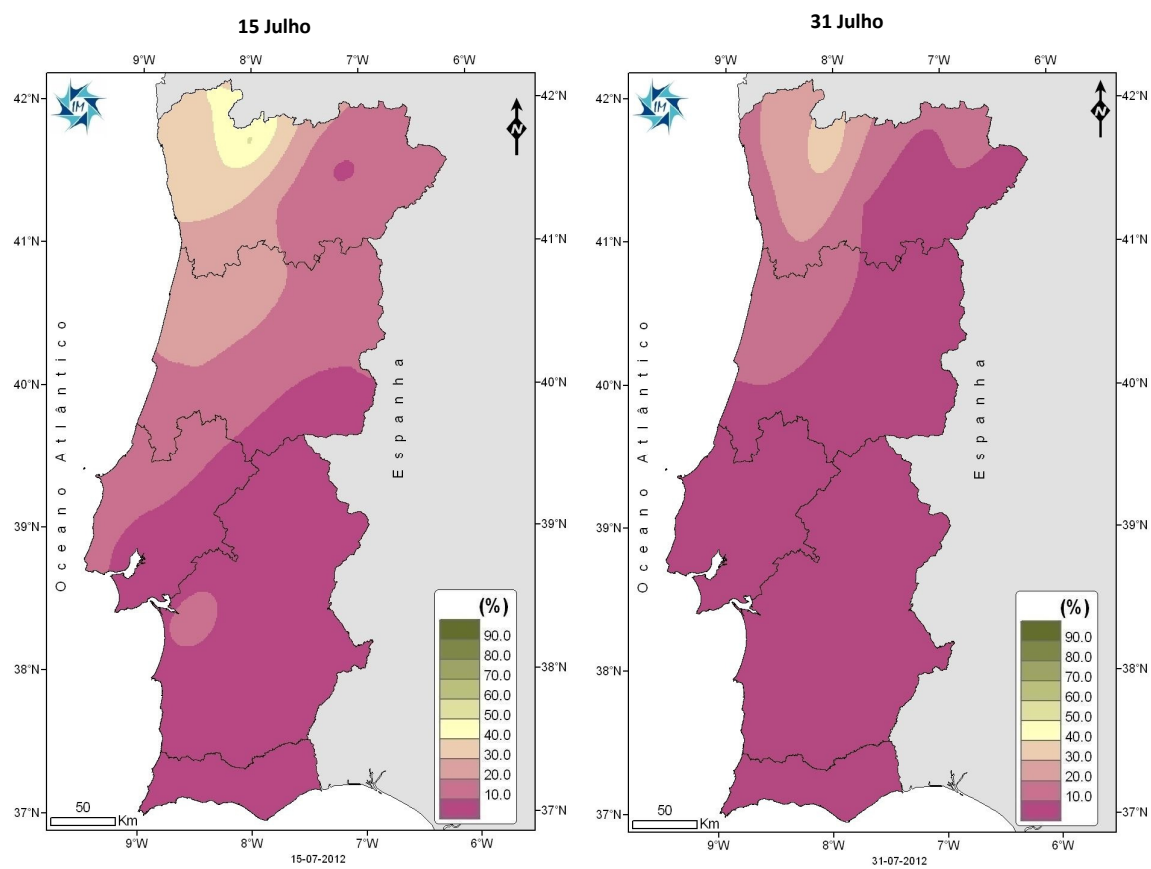
não será significativa uma vez que o mês de agosto é caracterizado, à partida, por valores baixos da quantidade de precipitação média mensal. As percentagens esperadas neste cenário são de 6% em seca extrema, 61% em seca severa, 14% em seca moderada, 17% em seca fraca e 2% em situação normal.

A previsão mensal do Centro Europeu de Previsão do Tempo a Médio Prazo (ECMWF) aponta para valores da precipitação total semanal abaixo do normal na região sul na semana de 06/08 a 12/08 e nas regiões norte e centro na semana de 27/08 a 02/09. Nas semanas de 13/08 a 19/08 e de 20/08 a 26/08 não é possível identificar a existência de sinal estatisticamente significativo. Tendo em conta que os meses de verão são caracterizados por valores médios mensais baixos da quantidade de precipitação, será mais provável a continuação da situação de seca meteorológica em Portugal Continental.

1.5 Teor de Água no Solo

A figura que se segue (imagem do lado direito) apresenta os valores da percentagem de água no solo em relação à capacidade de água utilizável pelas plantas em 31 de julho de 2012; em relação a 15 de julho verifica-se (imagem do lado esquerdo) uma diminuição da percentagem de água no solo, com maior expressão nas regiões do Norte e Centro.

Percentagem de água no solo em 15 e em 31 de julho de 2012



Fonte IM, I.P

2. AVALIAÇÃO HIDROLÓGICA

2.1 Disponibilidades Hidrológicas

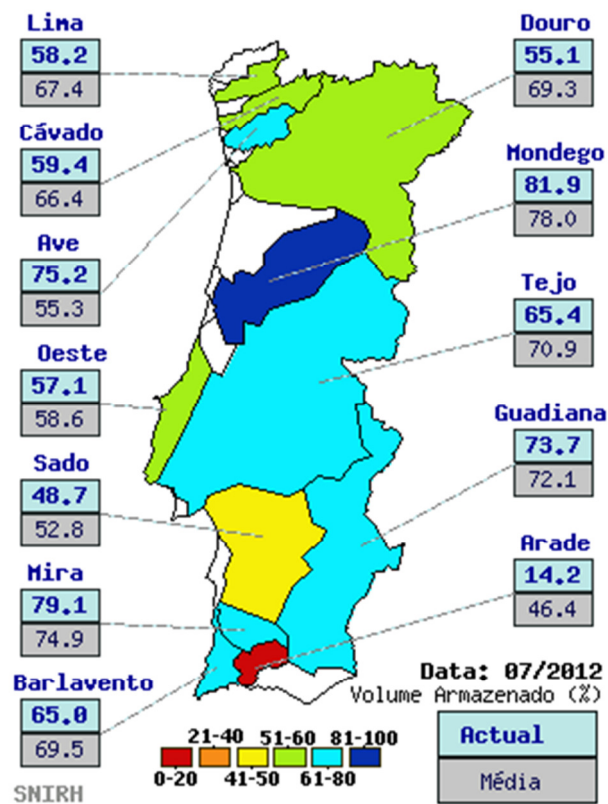
2.1.1 Bacias Hidrográficas

No último dia do mês de julho de 2012, comparativamente ao do mês anterior, verificou-se aumento do volume armazenado em uma bacia hidrográfica e descida em 11.

Das 57 albufeiras monitorizadas, 7 apresentam disponibilidades hídricas superiores a 80% do volume total e 9 inferiores a 40%.

Os níveis de armazenamento no final de julho de 2012 por bacia hidrográfica são inferiores aos valores médios de julho no período 1990/91 a 2010/11, exceto para as bacias do Ave, Mondego, Guadiana e Mira.

Situação das Albufeiras em Julho de 2012

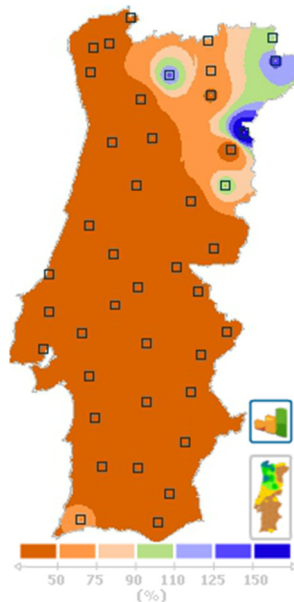


Fonte: INAG

Os volumes armazenados continuam próximos dos valores médios nas bacias do centro e sul do país. A única exceção é a bacia do Arade, se se excluirmos os cerca de 100 hm³ já armazenados na nova albufeira de Odelouca.

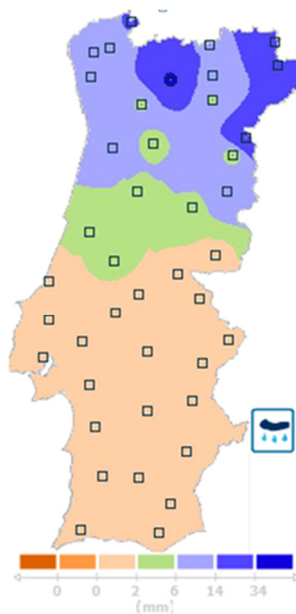
Na região norte (Douro, Cávado e Lima) os valores de armazenamento continuam inferiores à média em cerca de 10 a 15%.

Relação entre a precipitação no mês de julho do ano hidrológico 2011/2012 e a precipitação média de 1940/41 a 1997/98 para o mesmo mês, em percentagem, com base em 42 estações de medição de precipitação



Fonte: INAG

Precipitação no mês de julho do ano hidrológico 2011/12 em 42 estações de medição de precipitação



Fonte: INAG

Em julho só ocorreu precipitação a norte do rio Tejo e em quantidades que, ponderadas por todo o território nacional, corresponderam a cerca de metade da média para o mês.

2.1.2 Aproveitamentos Hidroagrícolas

A campanha de rega a partir dos aproveitamentos hidroagrícolas continua a evoluir satisfatoriamente, dado que as disponibilidades de água nas Albufeiras respetivas continuam a ser suficientes, sendo que as situações que merecem reparo são as seguintes:

Silves, Lagoa e Portimão

A albufeira de Arade continua a ser reforçada via Odelouca / Funcho, assegurando a campanha de rega.

Odivelas

Continua em curso a transferência Alvito – Odivelas (média de fornecimento de água $3\text{m}^3/\text{s}$), sendo que a recarga da albufeira é integralmente absorvida pelas necessidades de rega do Aproveitamento Hidroagrícola, mantendo-se o nível praticamente inalterado ou com pequenas reduções. Prevê-se que, com o evoluir da campanha de rega e a diminuição das necessidades das culturas, previsivelmente no fim de Agosto, o nível da albufeira de Odivelas possa recuperar. A grande circulação de água permite a renovação constante deste reservatório.

Lucefécit

Dado ter sido atingido o nível crítico da albufeira, a exploração cessará no fim de agosto. Já foi implementada a segunda fase do Plano de Rateio. Neste segundo plano, é proposto aos beneficiários que o fornecimento de água seja efetuado em 16 dias intercalados, num calendário que permita reduzir ao mínimo os prejuízos nas culturas. O impacto destas medidas de rateio sobre a campanha agrícola em curso pôde ser minimizado, embora tenha determinado a reorientação produtiva do ciclo cultural de algumas culturas, nomeadamente no caso do milho (cerca de 75% do perímetro de

rega), em que, em detrimento da produção de grão, se optou pelo corte em verde para silagem, aproveitando ainda a escassez existente no mercado de forragens. O prolongamento da campanha durante agosto, que agora se propõe nos moldes definidos no plano de rateio, permite ainda a subsistência das culturas permanentes.

A DGADR e o ICNF, em colaboração com a DRAP Alentejo, a EDIA e a Associação de Beneficiários do Lucefecit (ABL) apresentaram, por solicitação do S. Ex^a o Senhor Secretário de Estado da Agricultura, um estudo com soluções técnicas para o reforço da disponibilidade hídrica da albufeira de Lucefecit e respetivas propostas de atuação, permitindo desde logo a redução do impacto sobre a fauna piscícola ainda residente na massa de água atual.

De entre as soluções conjunturais (de emergência) equacionadas, destaca-se o reforço das disponibilidades hídricas de Lucefecit por bombagem direta de Alqueva; como soluções estruturais equaciona-se o alteamento da barragem, que, não só não acarreta encargos energéticos, como se afigura menos onerosa que outras, sendo que aumentará a capacidade de armazenamento e os recursos ficarão disponíveis para todo o Aproveitamento, colocando todos os beneficiários em igualdade de circunstâncias. Não respondendo à atual situação de emergência, o alteamento da barragem deverá ser considerado de forma integrada com outras soluções que forem entretanto delineadas.

De acordo com a recomendação do ICNF, equaciona-se a muito curto prazo o início da remoção de grande parte da carga piscícola da albufeira de Lucefecit, com recurso a pescadores profissionais, pois a massa de água já não tem condições, pela eutrofização gerada, para a suportar. A operação deverá ser efetuada em articulação com a DRAP Alentejo, a EDIA, o ICNF e a ABL, entidades muito importantes como atores locais e com experiência anterior nesta matéria, indispensáveis na operacionalização e acompanhamento técnico da operação “*in loco*”.

A evolução das disponibilidades de água nas albufeiras hidroagrícolas, assim como a variação dos seus níveis, podem ser acompanhados em sir.dgadr.pt.

Reservas hídricas nas albufeiras dos aproveitamentos hidroagrícolas

(Atualização 28 de julho)

Designação das albufeiras	Cotas Plano de Água nas Albufeiras (m)	Variação das reservas hídricas no ultimo mes		Armazenamento total				Armazenamento útil	
				28-Jul-12		em igual período do ano passado		28-Jul-12	
		x 10 ³ m ³	% do valor NPA	Volumes x 10 ³ m ³	% do valor NPA	Volumes x 10 ³ m ³	% do valor NPA	Volumes x 10 ³ m ³	% do valor CU Total
BACIA HID.DO DOURO:									
Azibo (*)	597.25	-2 482	↓ -6.6%	37 427	68.7	43 129	79.2	29 627	68.8
Sabugal	781.18	-10 190	↓ -15.5%	65 720	57.5	99 300	86.9	61 820	51.0
BACIA HID.DO VOUGA:									
Burgães V.de Cambra	108.00	0	→ 0.0%	408	100.0	408	100.0	330	100.0
BACIA HID.DO TEJO:									
Divor	258.45	-1 166	↓ -18.8%	6 197	52.1	10 233	86.0	6 187	61.8
Idanha	250.30	-7 442	↓ -15.5%	48 100	61.6	63 100	80.8	47 300	70.8
Magos	15.22	-411	↓ -19.1%	2 154	63.7	2 572	76.0	1 770	72.7
Maranhão	121.78	-20 654	↓ -22.1%	93 433	45.5	161 122	78.4	68 933	49.5
Meimoa (*)	564.80	-1 252	→ -4.1%	30 588	78.4		0.0	18 588	73.5
Minutos	264.71	0	→ 0.0%	52 100	100.0	49 430	94.9	50 000	100.0
Montargil	75.39	-16 492	↓ -16.4%	100 256	61.0	135 604	82.5	78 656	66.6
BACIA HID. DE ARNÓIA:									
Óbidos	24.85	-920	↓ -92.9%	990	14.6	1 600	23.5	-310	11.1
BACIA HID.DO SADO:									
Alvito (*) (**)	193.59	-9 575	(1)	86 922	65.6		0.0	84 422	72.3
Campilhas	100.10	-2 793	↓ -39.0%	7 156	26.4	19 698	72.5	6 156	34.2
Fonte Serne	75.12	-373	↓ -15.9%	2 353	45.7	4 123	80.1	853	33.6
Miguéis	154.94	-56	↓ -8.7%	645	68.8	824	87.8	531	71.2
Monte Gato	178.43	-36	↓ -8.1%	447	68.5	577	88.4	391	71.5
Monte da Rocha	132.29	-7 416	↓ -12.3%	60 314	58.7	90 354	87.9	55 314	64.2
Odivelas	90.63	-2 880	↓ -11.8%	24 477	25.5	56 170	58.5	-1 523	1.9
Pego do Altar	41.67	-9 863	↓ -32.4%	30 411	32.4	72 270	76.9	30 411	42.8
Roxo	132.30	-6 773	↓ -12.5%	54 214	56.3	84 490	87.7	47 414	60.5
Vale do Gaio	33.82	-5 821	↓ -18.4%	31 624	50.2	50 018	79.4	31 624	59.4
BACIA HID.DO MIRA:									
Corte Brique	133.49	-97	↓ -6.7%	1 443	88.3	1 559	95.4	1 268	93.5
Santa Clara	124.41	-13 080	→ -3.4%	383 159	79.0	453 002	93.4	138 459	63.1
BACIA HID.DO GUADIANA:									
Abrilongo	237.00	0	→ 0.0%	8 090	40.7	17 310	87.0	7 090	37.5
Beliche (*)	43.92	-1 993	↓ -7.3%	27 270	56.8	41 109	85.6	26 870	60.6
Caia	226.08	-14 129	↓ -15.0%	93 892	46.3	159 412	78.5	83 192	50.6
Lucefecit	173.38	-1 300	↓ -83.4%	1 558	15.2	7 208	70.5	330	18.1
Odeleite (*)	43.93	-5 766	↓ -6.9%	83 922	64.6	119 850	92.2	70 922	65.5
Vigia	217.11	-2 270	↓ -49.1%	4 621	27.6	12 774	76.4	3 422	36.7
BACIA HID.DE ODEAXERE:									
Bravura(Alvor)	79.10	-1 794	↓ -8.0%	22 525	64.7	29 764	85.5	19 960	67.4
BACIA HID.DE ARADE:									
Arade(Silves)	40.61	-1 288	↓ -29.3%	4 400	15.5	12 848	45.3	2 755	15.1
Funcho (*)	75.77	942	↑ 13.6%	6 949	14.6	29 603	62.0	1 979	2.4

Fonte: DGADR

Obs:

(*) - Albufeiras de obras cuja gestão está a cargo do Instituto da Água

(**) - Sem dados actualizados

(1) - Não disponível

NPA- Nível de Pleno Armazenamento

CU - Capacidade Útil de Armazenamento

● Menor ou igual a 70% CU

● De 70 a 90% CU

● Maior ou igual a 90% CU

2.2 Produção de Energia Elétrica

Pela análise do quadro seguinte verifica-se que de janeiro a julho de 2012, a produção líquida de energia elétrica caiu 16%, quando comparada com igual período de 2011, devido à forte descida da produção hídrica (-62.1%).

Produção de energia elétrica no Continente

	GWh		
	Total		
	janeiro-julho 2011	janeiro-julho 2012	%
Produção Líquida	29 016	24 381	-16.0
Hídrica	8 500	3 222	-62.1
Térmica	15 042	15 252	1.4
Eólica	5 321	5 708	7.3
Fotovoltaica	153	199	30.1
SALDO IMPORTADOR	1 130	5 241	363.8
Importação (Comercial)	2 341	5 361	129.0
Exportação (Comercial)	1 211	120	-90.1
BOMBAGEM HIDROELÉCTRICA	300	733	144.3
DISPONÍVEL PARA CONSUMO	29 846	28 889	-3.2

Fonte: DGEG

As importações, nos 7 meses de 2012, registaram um aumento de 129% relativamente ao período homólogo de 2011. A seca que tem atingido Portugal Continental nos primeiros meses de 2012 conduziria, teoricamente, a uma subida da energia térmica. Tal não se verificou, tendo sido produzida, apenas, mais 1.4% do que no mesmo período de 2011, pelo que foi necessário reforçar a importação de energia.

Pela análise do quadro seguinte, verifica-se que a situação de seca que atingiu o continente foi crítica até abril. No entanto, os seus efeitos ainda se fazem sentir, tendo conduzido em julho de 2012 a uma quebra de 23.1% da produção hídrica - fixada em 333 GWh em 2012 face a 433 GWh no período homólogo de 2011.

Registou-se uma diminuição de 28.2% da produção hídrica em julho de 2012, relativamente ao mês anterior.

O índice de produtividade hidroelétrica (IPH) foi de 0,44 em julho de 2012, igual ao do período homólogo de 2011. É de realçar que a partir de maio a situação hidrológica começou a estar mais regularizada, o que se pode ver pelos valores do IPH, tendo ainda impacto nos armazenamentos das albufeiras. O mês de julho aponta já para os mesmos níveis de 2011.

O nível de armazenamento das albufeiras do sistema electroprodutor nacional foi, em julho de 2012, de 52%, sendo semelhante ao do mês anterior, que foi de 53%. Este nível de armazenamento situava-se, em julho de 2011, nos 55%.

Produção de energia elétrica no Continente (GWh)

	janeiro			fevereiro			março			abril			maio			junho			julho			GWh
	2011	2012	%	2011	2012	%	2011	2012	%	2011	2012	%	2011	2012	%	2011	2012	%	2011	2012	%	
Produção Líquida	4 893	3 855	-21,2	4 511	3 762	-16,6	4 457	3 440	-22,8	3 439	3 160	-8,1	4 182	3 304	-21,0	3 684	3 276	-11,1	3 850	3 584	-6,9	
Hídrica	2301	496	-78,4	1447	354	-75,5	1 538	424	-72,4	1 218	431	-64,6	984	720	-26,8	579	464	-19,9	433	333	-23,1	
Térmica	1662	2688	61,7	2240	2479	10,7	2 026	2 191	8,1	1 497	1 616	7,9	2 708	1 776	-34,4	2 409	2 053	-14,8	2 500	2 449	-2,0	
Eólica	920	651	-29,2	809	902	11,5	875	798	-8,8	702	1 092	55,6	464	777	67,5	666	724	8,7	885	764	-13,7	
Fotovoltaica	10	20	100,0	15	27	80,0	18	27	50,0	22	21	-4,5	26	31	19,2	30	35	16,7	32	38	18,8	
SALDO IMPORTADOR	50	862		-155	699		10	795		502	801		-45	747		331	681		437	656		
Importação (Comercial)	265	874	229,8	132	727	450,8	294	820	178,9	542	819	51,1	220	767	248,6	410	688	67,8	478	666	39,3	
Exportação (Comercial)	215	12	-94,4	287	28	-90,2	284	25	-91,2	40	18	-55,0	265	20	-92,5	79	7	-91,1	41	10	-75,6	
BOMBAGEM HIDROELÉCTRICA	33	78	136,4	28	84	200,0	36	128	255,6	54	133	146,3	41	88	114,6	43	101	134,9	65	121	86,2	
DISPONÍVEL PARA CONSUMO	4 910	4 639	-5,5	4 328	4 377	1,1	4 431	4 107	-7,3	3 887	3 828	-1,5	4 096	3 963	-3,2	3 972	3 856	-2,9	4 222	4 119	-2,4	
Índice Produtib. Hidroelétrica	1,47	0,22		0,93	0,13		1,04	0,21		1,01	0,38		0,83	0,80		0,48	0,54		0,44	0,44		
Armazenamento nas Albufeiras (%)	69	47		72	44		73	43		73	47		69	54		62	53		55	52		

Fonte: REN - Redes Energéticas Nacionais

* **IPH**: Índice de Produtibilidade Hidroelétrica - Indicador que permite quantificar o desvio do valor total de energia produzida por via hídrica num determinado período, em relação à que se produziria se ocorresse um regime hidrológico médio.

3. IMPACTO NA AGRICULTURA – Avaliação Regional

Este ponto foca uma avaliação qualitativa e quantitativa, encontrando-se nos Anexos I e II deste relatório a informação de base, estritamente quantitativa, harmonizada entre Regiões e traduzindo a comparação de áreas e produtividades registadas/previstas para 2012 com os valores médios do quinquénio 2006/07 a 2010/11, do qual são excluídos o melhor e o pior anos. Esta metodologia está de acordo com as regras impostas pela legislação comunitária relativa aos Auxílios de Estado no âmbito da agricultura e visa atenuar as oscilações verificadas de ano para ano, isto é, procura expressar a situação em análise (ano de 2012) face a valores normais ou próximos dessa condição.

A avaliação efetuada pelas Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) no final de julho, é a que se segue.

3.1 Região Norte

3.1.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

As operações de corte, secagem e enfardamento dos fenos, foram decorrendo ao longo do mês, por toda a região.

Ainda que em menor quantidade, o recurso aos alimentos grosseiros armazenados, como silagens, palhas e fenos, bem como às rações industriais, como complemento alimentar para os animais, continua a verificar-se.

Depois de uma fase muito negativa, devido à situação de seca, e apesar da melhoria verificada, as previsões continuam a apontar para quebras significativas nas produtividades/produções das culturas forrageiras (entre 20 e 30%), e dos prados e pastagens (quebras entre 30 e 34%), relativamente ao ano anterior.

3.1.2 Cereais de Outono/Inverno

Nos últimos meses assistiu-se a um desagravamento das tendências de quebra inicialmente previstas para estas culturas. No entanto, também se confirmou que muitas searas apresentam um desenvolvimento irregular, tendo sido algumas desviadas para outros fins, que não a produção de grão.

As colheitas estão concluídas em muitas zonas da região. As previsões continuam a apontar para quebras elevadas na produtividade de grão entre 20 e 34%, comparativamente à média do quinquénio. Em algumas zonas de produção a qualidade do grão é inferior à normal.

3.1.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

A cultura do milho grão apresenta um desenvolvimento vegetativo heterogéneo em algumas zonas de produção, que resultou do atraso na realização das sementeiras e da humidade dos solos. As estimativas apontam para uma diminuição da área total semeada na ordem dos 12%, relativamente à média do quinquénio. Algumas áreas de milho grão, nomeadamente de sequeiro, apresentam muito fraco desenvolvimento, podendo as quebras de produtividade serem muito significativas. A evolução nos próximos tempos será determinante.

As estimativas indicam uma diminuição da área plantada de batata na ordem dos 7%, tanto em sequeiro como em regadio, comparativamente à média do quinquénio. Em alguns locais, onde se procedeu ao arranque da batata de sequeiro, verificou-se que os tubérculos apresentam calibres inferiores aos normais, prevendo-se uma quebra na produtividade.

Nas culturas hortícolas (batata primor, feijão, couves, alface, ...), verificaram-se dificuldades de germinação e de desenvolvimento, que poderão determinar quebras de produtividade de 15 a 25% em algumas zonas. Também se verificou uma diminuição de área.

3.1.4 Culturas Permanentes

Nos pomares de prunóideas, nomeadamente de pêssago e de cereja, estão previstas quebras de produtividade relativamente aos valores do quinquénio, que, em certas zonas, poderão ser bastante significativas. Na região de Entre Douro e Minho essas quebras ultrapassaram os 40% relativamente à média do quinquénio.

No caso das pomóideas, verificaram-se dificuldades na floração/polinização, o que se refletiu num deficiente vingamento em vários pomares, nomeadamente em certas zonas com peso na região. Estão previstas quebras de produtividade que deverão ser superiores a 30% em Trás-os-Montes, relativamente aos valores do quinquénio.

Verificou-se na cultura do kiwi, uma má polinização em alguns pomares. Os ventos fortes e a proliferação de doenças, poderão ter afetado a produtividade.

Nos frutos secos estão previstas quebras de produtividade relativamente aos valores do quinquénio. O castanheiro encontra-se numa fase fundamental do seu desenvolvimento vegetativo. A conjugação entre os níveis de humidade disponível nos solos e os valores de temperatura, irão determinar o potencial produtivo do presente ano. Tendo em conta o que se verificou até agora (um ano de seca, com valores de precipitação acumulada muitos inferiores aos normais), preveem-se baixos valores de produtividade tal como sucedeu na campanha anterior.

Durante os últimos meses a vinha tem vindo a recuperar o atraso que apresentava, observando-se, no entanto, um desenvolvimento heterogéneo ao nível regional. Em algumas zonas, os cachos apresentam-se mais pequenos que no ano anterior, havendo variedades onde ocorreu algum desavinho. Será também de referir as situações pontuais de prejuízos causados pela queda de granizo. Em certas zonas as quebras de produtividade poderão ser significativas.

Durante o mês foram lançados alertas para a possível necessidade de efetuar tratamentos preventivos contra o oídio, míldio e algumas pragas, quando tal se justificasse, segundo os Avisos Agrícolas das Estações de Avisos da região.

Quanto ao olival, as condições climatéricas desfavoráveis terão originado um deficiente vingamento do fruto, prevendo-se atualmente uma quebra na ordem dos 31%, no caso de produção destinada à obtenção de azeitona para conserva, e de 45%, no caso de azeitona para azeite, relativamente aos valores do quinquénio.

3.1.5 Apicultura

A ausência de precipitação nos primeiros meses do ano atrasou e dificultou a floração de uma série de espécies vegetais essenciais para a atividade apícola. Posteriormente, a ocorrência de alguma precipitação, variações bruscas de temperatura e ventos fortes, dificultaram/impediram a saída das abelhas, em certas zonas e em determinados períodos. Por vezes, houve necessidade de alimentar artificialmente alguns enxames, com o respetivo aumento nos custos.

Estimam-se quebras de produção na apicultura que, na generalidade dos casos, deverão ultrapassar os 30%.

3.1.6 Recursos Hídricos

As reservas hídricas encontram-se em níveis inferiores aos do ano anterior, devido aos baixos valores acumulados de precipitação, e também por ter sido necessário efetuar regas que, num ano normal, não teriam ocorrido tão cedo.

As culturas de regadio poderão também ser atingidas, quer por limitações introduzidas ao uso da água nos perímetros de rega, quer pelo esgotamento dos recursos hídricos em algumas zonas.

3.2 Região Centro

3.2.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

Verificou-se alguma recuperação no desenvolvimento das culturas forrageiras, sobretudo nas áreas com maior percentagem de azevém. Foi possível mais de um corte e em alguns casos conseguiu-se a produção de feno. Apesar desta melhoria, e após a colheita, confirmam-se as quebras de produtividade acima dos 25% em quase todas as zonas homogéneas. Nos prados a quebra foi menor que nas culturas forrageiras, devido à maior percentagem de área regada.

3.2.2 Cereais de Outono/Inverno

Com a colheita, confirmam-se as quebras de produtividade acima dos 30% nos cereais praganosos, em quase todas as zonas homogéneas.

A aveia não teve recuperação idêntica em toda a região. Existem zonas em que uma mesma seara apresenta diferentes alturas de plantas e de espigas, com consequências para a quantidade e qualidade do grão.

3.2.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

Na região Centro registou-se uma forte quebra de produtividade na batata de sequeiro nas zonas homogéneas de Dão Lafões, Beira Serra, Alto Mondego, Serra da Estrela e Pinhal Sul, sendo mais ligeira noutras zonas por via das regas efetuadas. Na Cova da Beira praticamente toda a batata foi regada. A maior parte da batata de regadio encontra-se colhida. As quebras mais significativas ocorreram nas zonas homogéneas de Dão Lafões, Beira Serra, Riba e Cimo Côa e Cova da Beira.

A diminuição da área ocupada, bem como a quebra nas produtividades das hortícolas foi visível apenas no Cimo e Riba Côa.

3.2.4 Culturas Permanentes

Nos citrinos os efeitos da seca fizeram-se sentir no Côa, Campina e Campo Albicastrense. Estimam-se quebras de produtividade particularmente na Campina e Campo Albicastrense.

Nas pomóideas a situação a destacar refere-se à maçã Bravo de Esmolfe, que regista quebras na produtividade em Dão Lafões, Cova da Beira e Campina e Campo Albicastrense. No que se refere à pera também se prevê quebras de produtividade nas duas últimas zonas referidas.

Quanto às prunóideas, a situação mais premente é a da cereja que regista acentuada quebra na produção unitária na Cova da Beira, e também no Pinhal Sul e na Campina e Campo Albicastrense. Nas mesmas zonas também se prevê quebras na produção de pêssego, no entanto, na Beira Serra confirma-se o seu aumento.

A vinha encontra-se com um desenvolvimento vegetativo muito heterogéneo, na fase de cacho fechado, confirmando-se muito desavinho. Estima-se quebras na produtividade nalgumas zonas homogéneas, como sejam Dão Lafões, Beira Serra e Côa, mas também se prevê um aumento significativo na produção unitária, comparativamente com a última campanha, na Campina e Campo Albicastrense e sobretudo na Cova da Beira.

3.2.5 Apicultura

Este setor também foi afetado pela seca, tendo sido necessário o recurso ao fornecimento manual de alimentos para colmatar as falhas da sua existência na natureza.

A quebra de produção de mel varia entre 20 e 30%.

3.2.6 Recursos Hídricos

No que concerne à disponibilidade de água para rega verificam-se situações diferentes nas distintas zonas homogéneas. Na zona homogénea de Baixo Mondego, a menor disponibilidade de água para rega já começou a dificultar o número de regas e a quantidade de água necessária, sobretudo para o milho grão e de silagem. As explorações abastecidas por poços e furos tiveram de recorrer a água da rede de abastecimento público, com acréscimo dos encargos. Em Pinhal Litoral já houve necessidade de uma gestão mais controlada no fornecimento de água na zona do Vale do Lis. Estima-se que a disponibilidade de água para rega nos poços, furos e charcas se situe entre os 40 e os 50%. Em Campina e Campo Albicastrense, a quantidade de água armazenada nos poços e barragens, situa-se entre 20 e 30%, face a um ano normal. Na zona homogénea da Beira Serra, os poços, exceto os localizados perto de linhas de água, perderam a capacidade de reposição da água, não permitindo as regas necessárias para as culturas. Nas zonas homogéneas de Riba e Cimo Côa, a maioria dos agricultores estão a reduzir o número de regas e alguns não semearam o milho com receio da falta de água. Na área abrangida pelo regadio da Cova da Beira não há dificuldade na obtenção de água. Na zona que não é abrangida pelo regadio, as charcas têm menos água armazenada e as nascentes debitam abaixo do habitual nesta altura do ano, obrigando alguns produtores a cuidados acrescidos com as regas, nalguns casos, espaçando-as mais do que o habitual e recomendável tecnicamente, prejudicando a produtividade das culturas.

Não há ocorrências de falta de água para abeberamento dos animais.

3.3 Lisboa e Vale do Tejo

3.3.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

Os prados e pastagens apresentam um aspeto vegetativo mais normal. Este contributo para a alimentação animal está a possibilitar a redução dos encargos com a aquisição de alimentos grosseiros e de concentrados provenientes do exterior.

Tem-se observado o corte de diversos cobertos vegetais capazes de proporcionar forragens e, designadamente, fenos. A produção para autoabastecimento tem aumentado devido ao esgotamento dos *stocks* e ao aumento dos preços dos fenos e das palhas.

3.3.2 Cereais de Outono/Inverno

As culturas instaladas no início do ano agrícola apresentam aspeto vegetativo fraco, e a maioria encontram-se nas fases de espigamento, formação e maturação do grão. Estas searas estão a ser colhidas para feno ou a ser pastoreadas.

As searas instaladas mais tarde apresentam um desenvolvimento vegetativo quase normal, pois beneficiaram da precipitação que ocorreu. A sua produtividade será superior à das anteriores. Apresentam-se na fase de alouramento, observando-se espigas e panículas bem formadas.

As searas de trigo e cevada exibem espigas louras em vias de maturação. A produtividade deverá ser inferior à de um ano normal. As de aveia apresentam um fraco desenvolvimento vegetativo. As poucas que subsistiram são cortadas para feno, curto e de baixa densidade.

3.3.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

Batata de sequeiro – Bom desenvolvimento vegetativo. Os batatais encontram-se na fase de maturação, apresentando ainda muita rama verde e tubérculos com a casca muito fina. Mantem-se a perspetiva de redução de área em relação ao ano anterior e a produção deverá ser inferior, mas com calibre uniforme.

Batata de regadio – Bom aspeto vegetativo. Prevê-se um bom ano de produção quer em qualidade quer em quantidade, face à campanha anterior.

O milho de regadio apresenta um bom desenvolvimento vegetativo. A área deverá ser ligeiramente superior, cerca de 5 a 15%, da do ano anterior. Na Península de Setúbal,

onde se previa uma redução da área do milho de regadio, por receio de não existir água suficiente para a rega, as sementeiras realizaram-se com normalidade nos locais habituais.

Relativamente ao feijão, as sementeiras estão quase concluídas. A cultura apresenta desenvolvimento vegetativo bastante bom. Prevê-se a manutenção da área em relação à do ano anterior.

3.3.4 Culturas Permanentes

O desenvolvimento vegetativo dos citrinos pode considerar-se normal, assim como a qualidade da produção, em especial nos que são regados. A produção é, no entanto, irregular. Algumas cultivares não deram flor na época própria.

Os pomares de pomóideas encontram-se na fase de vingamento e crescimento dos frutos. O estado vegetativo é bom, no entanto, verificou-se um menor vingamento dos frutos no caso das pereiras, que no Oeste e no Médio Tejo apresentam quebras de produção importantes, entre 40 e 50%, principalmente nos pomares mais velhos. Nas macieiras a situação é a de um ano considerado normal.

No caso das prunóideas, os pomares encontram-se na fase de vingamento e crescimento dos frutos. De um modo geral, o desenvolvimento vegetativo é bom. Na região Oeste verificam-se quebras na produção de algumas cultivares de ameixeira. No Médio Tejo o vingamento dos frutos nos pessegueiros é fraco. Nas variedades mais precoces das cerejeiras, devido à precipitação intensa que ocorreu na fase de maturação dos frutos, estima-se uma quebra de 50 a 60% na produção. Os frutos rachados perderam o seu valor comercial. No caso das variedades mais tardias o aspeto vegetativo é bom, mas a produção deverá ser inferior à do ano passado.

A rebentação da vinha encontra-se um pouco atrasada em relação a um ano normal, no entanto, o aspeto vegetativo pode considerar-se bastante bom, ainda que nalgumas zonas o mesmo seja irregular. Observa-se um razoável vingamento dos frutos. Na região Oeste, a vinha encontra-se com cachos fechados, mas com algum desavinho e alta expressão vegetativa.

O desenvolvimento vegetativo do olival é normal, embora se verifique alguma irregularidade no vingamento dos frutos, que está relacionada com a exposição e localização dos olivais. Alguns produtores preveem um bom ano de produção, enquanto outros estimam quebras na mesma, dada a irregularidade na floração. Ainda não é possível estimar a variação da produtividade.

3.3.5 Apicultura

A quebra de rendimento desta atividade não foi relevante nesta região.

3.3.6 Recursos Hídricos

O recurso à rega, embora normal para a época do ano, tem provocado a descida dos níveis de água armazenada nos reservatórios que já se encontram mais baixos do que seria de esperar. E como é normal nesta altura, não ocorrerá precipitação que compense os consumos.

Os horticultores que recorrem essencialmente à água de fontes de abastecimento superficiais receiam não poder manter o ritmo e dotação de água de rega em Agosto. A disponibilidade de água é inferior ao normal para a época. Constata-se que os produtores aumentaram as áreas regadas por fita gota a gota, em detrimento da rega por aspersão e alagamento, por forma a economizar água e diminuir o seu desperdício.

3.4 Alentejo

3.4.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.

Os prados e pastagens naturais de sequeiro encontram-se, na sua grande maioria, esgotados. No que se refere às culturas em regadio a situação é ligeiramente melhor, no entanto, a situação deverá piorar devido à insuficiente disponibilidade de água para

as necessidades das plantas. A maioria das charcas e das barragens estão praticamente secas.

Verifica-se uma antecipação de 40 a 60 dias da época de suplementação dos efetivos pecuários, resultado do esgotamento antecipado das pastagens e da diminuição da quantidade dos restolhos de cereais. A situação é de carência geral e muito preocupante quanto ao futuro, uma vez que continuam a ser consumidos os alimentos forrageiros produzidos, em menor quantidade este ano, e que iriam constituir as reservas para os períodos do ano em que as carências são normais. O consumo de alimentos concentrados tem vindo a aumentar à medida que se vão consumindo as palhas e os restolhos dos cereais, com acréscimos de custos consideráveis, agravados pela subida dos preços destes alimentos.

3.4.2 Cereais de Outono/Inverno

A colheita dos cereais praganosos de outono-inverno terminou. As produções foram bastante inferiores às registadas no último ano devido à diminuição das áreas semeadas e à quebra de produtividade originada pelas condições climáticas extremamente adversas que se verificaram ao longo de toda a campanha.

Salienta-se ainda que muitas searas não foram ceifadas pelo facto da baixa produção e da má qualidade do grão não justificarem a colheita, tendo sido desviadas para fenação ou pastoreio.

3.4.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

As culturas de regadio, cujas áreas de sementeira foram devidamente programadas face às disponibilidades de água existentes, nomeadamente o milho grão, o arroz e o tomate, apresentam um bom aspeto vegetativo, perspetivando-se produtividades normais para a região. Nos locais onde esse cálculo não foi efetuado com tanto rigor, algumas culturas poderão ficar comprometidas.

As culturas de sequeiro apresentam um estado vegetativo debilitado, resultado do défice hídrico verificado.

3.4.4 Culturas Permanentes

Estas culturas também se têm vindo a ressentir da seca prolongada, apresentando, no entanto, um regular aspeto vegetativo. Em algumas explorações, a disponibilidade de água para rega tem decrescido, não permitindo fazer face, em pleno, às necessidades hídricas destas culturas.

Quanto ao olival de sequeiro, as árvores tiveram, de um modo geral, boas florações, mas os vingamentos foram bastante fracos, resultado da ação conjunta dos fatores seca, ventos moderados a fortes, elevadas amplitudes térmicas e vagas de calor verificadas no final do mês de junho e no início da segunda quinzena de julho (temperaturas superiores a 40 °C). Neste momento já é possível verificar que a quantidade de frutos vingados, nestes olivais, é bastante reduzida perspetivando-se consideráveis quebras de produção.

Nos olivais de regadio quer a floração quer os vingamentos foram regulares.

As elevadas temperaturas associadas à falta de humidade no solo, prejudicaram o desenvolvimento vegetativo da vinha, que não apresenta um crescimento equilibrado e saudável. A frutificação é muito heterogénea. Há cepas em que existem simultaneamente cachos nos estados fenológicos de bago de ervilha, cacho fechado e pintor. As uvas têm pequeno calibre para a época do ano. Existem muitas folhas em início de desidratação e, mesmo nas áreas regadas, a resposta não tem sido a melhor, pondo assim em causa a produção inicialmente prevista.

3.4.5 Apicultura

Houve necessidade de distribuir alimentação artificial até finais de março, quando num ano normal se limita ao fim de dezembro.

Registou-se uma quebra de produção generalizada, que em termos médios se estima em 40%. Contudo, as quebras de produção estão diretamente relacionadas com a flora de suporte à produção, pelo que são da ordem dos 90% para o mel de soagem e de 40 a 60% para o mel de rosmaninho.

Verificou-se um aumento de 20% na taxa de mortalidade nos apiários na zona do sudoeste alentejano.

3.4.6 Recursos Hídricos

Nas barragens de grande e média dimensão, o volume de armazenamento de água existente não coloca em risco, na generalidade das situações, o abeberamento dos efetivos pecuários.

Nas explorações que regaram as culturas de outono-inverno, o volume de água disponível não foi suficiente para uma plena campanha de regadio das culturas de primavera/verão. Esta situação conduziu à redução das áreas ocupadas com as mesmas e/ou à opção por culturas menos exigentes em água.

Nas barragens de pequena dimensão e charcas praticamente não existiu reposição de água e as perdas são consideráveis (evaporação e infiltração). As suas reservas foram utilizadas para a rega de culturas de outono-inverno e abeberamento de efetivos pecuários. As reservas estão praticamente esgotadas.

Relativamente ao abeberamento dos efetivos pecuários, apesar de ainda não serem conhecidos casos extremos de completa inexistência de recursos hídricos na própria exploração, verifica-se uma diminuição generalizada das disponibilidades e uma crescente preocupação dos produtores pecuários. Apesar de se assistir a um agravamento da situação, de uma forma geral e até à presente data, as necessidades de água para abeberamento dos efetivos pecuários têm sido supridas com meios da própria exploração, procedendo, em muitos casos, ao seu transporte e criação de pontos de abeberamento alternativos, com recurso a cisternas/depósitos.

3.5 Algarve

3.5.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

As disponibilidades forrageiras continuam escassas. A capacidade forrageira dos prados e das pastagens atingiu o seu limite e está esgotada. As necessidades alimentares dos animais têm sido supridas sobretudo pelos restolhos dos cereais de outono-inverno e neste momento, em muitos locais, esses restolhos também estão a esgotar-se.

Alguns produtores recomeçaram a adquirir palha proveniente de Espanha e do Alentejo. São principalmente os produtores pecuários de bovinos que têm maior necessidade da obtenção de alimentos conservados e concentrados, sobretudo quando não dispõem de pastagens ou forragens que forneçam matéria verde em quantidade suficiente para as necessidades alimentares desses efetivos.

3.5.2 Cereais de Outono/Inverno

Os cereais de outono/inverno já se encontram colhidos. Mantém-se a previsão de quebra de produtividade em todos os cereais praganosos.

3.5.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

Em relação ao ano agrícola anterior, estas culturas apresentam as variações que se seguem.

O milho de sequeiro já se encontra colhido. As quebras de produtividade situam-se entre 50 e 60%.

O milho de regadio apresenta bom desenvolvimento vegetativo e estado sanitário sem problemas. Prevê-se uma produção por hectare semelhante à do ano anterior.

O arrozal apresenta um bom desenvolvimento vegetativo, prevendo-se uma área semelhante à do ano anterior.

A maior parte do melão já se encontra colhido. Prevê-se para o melão de sequeiro uma produtividade inferior à do ano anterior. Relativamente ao melão de regadio, a produção unitária deverá ser semelhante, comparativamente com o mesmo período.

Batata de regadio: As produtividades da batata nova deverão ser semelhantes às de um ano normal ou ligeiramente inferiores. A colheita da batata de conservação encontra-se concluída e preveem-se os mesmos níveis de produtividade do ano anterior ou um pouco inferiores em alguns casos.

Batata de sequeiro: A sua área foi cerca de 10% inferior à do ano anterior, tendo uma parte significativa da mesma sido queimada por geadas. Estimam-se quebras de produção significativas na batata primor, superiores a 40%, comparativamente com o ano transato.

3.5.4 Culturas Permanentes

O olival apresenta um desenvolvimento vegetativo normal para esta época do ano. Os frutos têm bom calibre, no entanto, o número de frutos vingados é inferior ao da campanha anterior. O olival apresenta heterogeneidade produtiva, existindo árvores com muitos frutos e outras com poucos. Prevê-se uma diminuição da produtividade de 20 a 30% comparativamente com o ano anterior.

A colheita na maior parte dos pomares de citrinos das variedades mais tardias (Valência Late e Rhodes) encontra-se terminada. A parte restante foi vendida a intermediários que compraram a fruta na árvore. Prevêem-se quebras de produtividade relativamente ao ano anterior. Os frutos apresentam calibre pequeno.

A vinha recuperou ligeiramente o atraso que tinha do seu ciclo vegetativo. Houve o encurtamento de tempo entre estádios, mas ainda se encontra com uma semana de atraso comparativamente com o ano anterior. A vinha apresenta um desenvolvimento vegetativo muito intenso e prevê-se produtividades de cerca de menos 10% relativamente às de um ano normal em toda a região. A vindima vai ser iniciada na segunda semana de agosto nas castas mais precoces, como a Aragonez e a Arinto.

Nos pomares de prunóideas espera-se uma produção semelhante à do ano anterior em todas as espécies e em todas as áreas geográficas.

O amendoal apresenta desenvolvimento vegetativo normal. Os frutos já se encontram formados e a colheita será iniciada brevemente. Perspetiva-se um ano com diminuição de produtividades na ordem dos 10 a 20% para toda a região, relativamente ao quinquénio 2006/07 a 2010/11, devido ao facto da maioria dos pomares estarem bastante envelhecidos.

O alfarrobal apresenta um aspeto vegetativo que indicia algum *stress* hídrico. A colheita já se iniciou. Os frutos apresentam qualidade inferior à do ano anterior e menor calibre, encontrando-se muitos mirrados. Em termos produtivos, o comportamento das árvores é muito heterogéneo, umas com uma produção razoável e outras com fraca produção. Prevê-se uma quebra na produção na ordem dos 30 a 40% em relação ao quinquénio considerado, devido fundamentalmente aos efeitos da seca.

O figueiral apresenta folhagem intensa revelando um razoável desenvolvimento vegetativo. Existem muitos frutos vingados, mas o calibre dos frutos deverá ser inferior, pois as árvores revelam algum *stress* hídrico.

3.5.5 Apicultura

Também nesta região se teve de recorrer ao aumento de distribuição de alimentação artificial e uma quebra de produção da ordem de 40%.

3.5.6 Recursos Hídricos

Verificou-se um agravamento da situação comparativamente com o mês anterior. Ao nível das barragens privadas de grande, média e pequena dimensão, apesar de na maioria dos casos haver água armazenada suficiente para as necessidades de abeberamento dos efetivos animais, já se registaram pedidos de ajuda. Se a situação se vier a agravar, poderá haver necessidade de serem tomadas medidas.

Devido à fraca precipitação registada neste ano agrícola, os produtores continuam a exercer uma gestão muito apertada que passa pelo racionamento dos consumos de água e pela diminuição de algumas áreas de semeadas com culturas temporárias.

Na maioria dos furos e dos poços continua a haver água em quantidade suficiente para as necessidades de abeberamento dos animais e para as culturas permanentes e temporárias. Contudo existem situações que se têm vindo a agravar.

4. FITOSSANIDADE

Embora a situação fitossanitária, até à data, não tenha suscitado preocupação, a DGAV recomendou, no âmbito das Estações de Avisos, a antecipação da colocação de armadilhas e dispositivos para registo dos níveis populacionais das pragas e de outros inimigos das culturas e, em paralelo, a antecipação também da realização das observações visuais efetuadas nos Postos de Observação Biológicos (POB) estabelecidos para cada cultura a nível regional.

Neste sentido, é de assinalar que o SNAA continua a monitorizar o aparecimento e desenvolvimento de pragas e doenças, para avaliar a ocorrência de situações não previsíveis e que sejam justificadas pelas condições de seca, de modo a que se possam tomar as iniciativas apropriadas com vista ao seu controlo atempado.

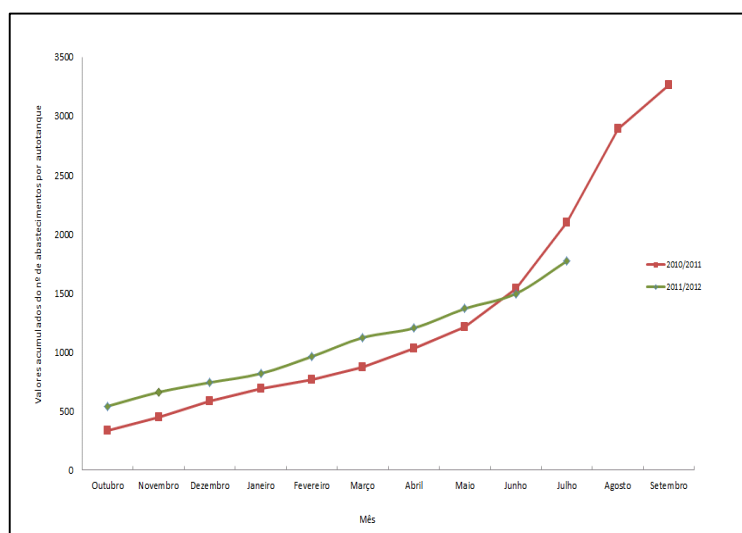
5. ABASTECIMENTOS DE POPULAÇÕES POR AUTOTANQUE

5.1 Número de abastecimentos alternativos de água para consumo humano

Em termos estatísticos estas intervenções, efetuadas tipicamente por corpos de bombeiros, permanecem com um comportamento relativamente regular face ao observado em outros anos.

A figura seguinte representa uma comparação entre os anos hidrológicos 2010/2011 e 2011/2012 para o total acumulado do número de abastecimentos a populações por autotanque, em Portugal Continental, desde o início do ano hidrológico. Observam-se comportamentos análogos de ambos os registos, com uma ligeira anomalia negativa, ou seja, menos abastecimentos alternativos, para o presente ano hidrológico, mas sem significado estatístico aparente, pelo que se continua a não registar um cenário de seca para além da componente agrícola.

Valores acumulados de abastecimentos a populações por autotanque até 31 de julho

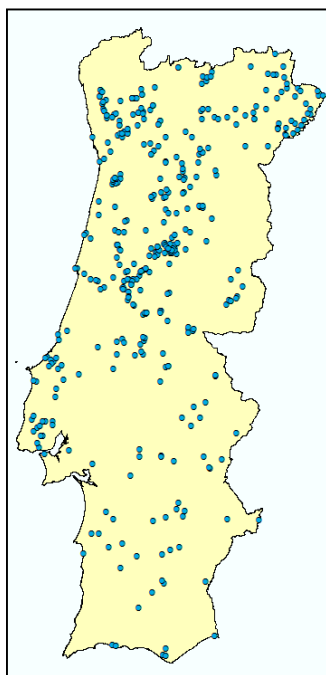


Fonte: Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

5.2 Distribuição espacial dos abastecimentos alternativos de água para consumo humano

Em termos de distribuição espacial continua a ocorrer um maior número de abastecimentos por autotanque nas regiões interiores a Norte do sistema montanhoso Montejunto-Estrela, o que é coerente com os índices de seca meteorológica aí registados nos últimos meses, mas não aparentando ser em número tal que possua significado estatístico quando comparado com anos anteriores. Esta situação indicia uma tendência presumivelmente provocada, na sua maioria, por situações correntes de exploração e não por indisponibilidades hídricas conjunturais.

Distribuição espacial de abastecimentos por autotanque no período junho/julho

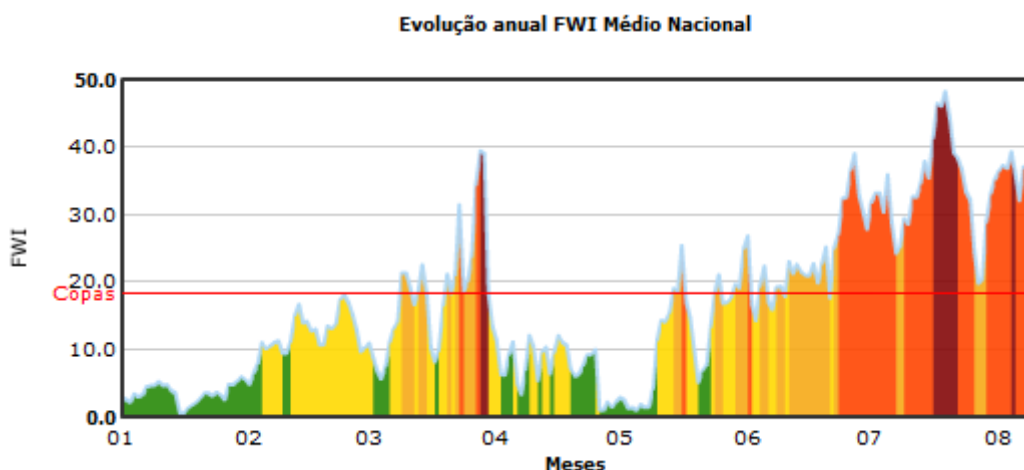


Fonte: Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

Esta situação é sentida com maior severidade em sistemas de abastecimento localizados em áreas de densidade populacional reduzida, sendo usualmente potenciada por debilidades estruturais dos sistemas locais de adução e distribuição, mais dependentes em certa medida de captações de origem subterrânea que são geralmente menos resilientes nesta conjuntura.

6. INCÊNDIOS FLORESTAIS

Relativamente ao índice meteorológico de risco de incêndio (FWI) verificou-se um agravamento substancial desde o início do mês de julho, atingindo-se os valores de FWI¹ mais elevados na terceira semana.



Fonte: AFN

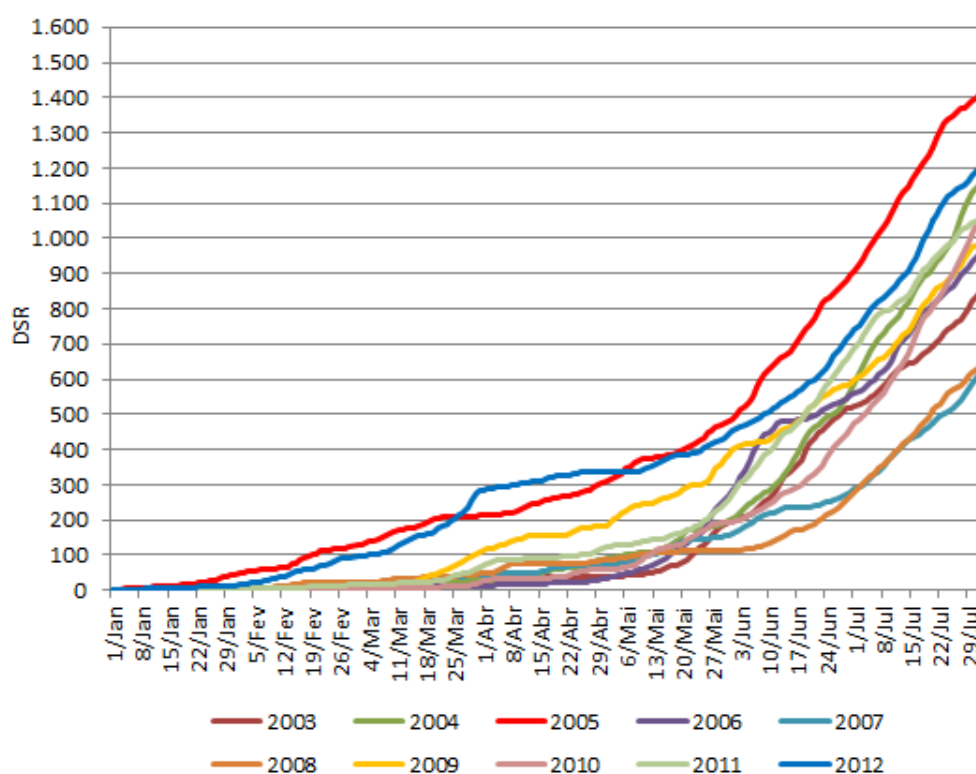
As condições meteorológicas têm uma relação muito direta com o número de ocorrências. A população portuguesa está, hoje em dia, consciencializada para o problema dos incêndios florestais e seus impactos, no entanto existem ainda claras deficiências na adequação das suas práticas às situações meteorológicas. Em Portugal as causas estão fortemente relacionadas com atividades e comportamentos humanos, entre 98% e 99%, mas enquanto numa situação meteorológica favorável estas atividades não originam incêndios, nas situações meteorológicas mais desfavoráveis estas resultam, frequentemente, em incêndios florestais.

¹ O índice meteorológico de risco de incêndio, vulgarmente definido pela sigla FWI (Fire Weather Index) foi desenvolvido pelo Serviço Canadano de Florestas e estima o risco de incêndio a partir do estado dos diversos combustíveis presentes no solo florestal, determinado indiretamente através dos dados meteorológicos às 12UTC das várias estações. A classificação inclui 5 classes de risco (reduzido, moderado, elevado, muito elevado e máximo) em função da dificuldade de supressão do incêndio.

Os dados meteorológicos comparativos da última década mostram o ano de 2012 como o segundo mais severo dos últimos dez anos precedido apenas pelo ano de 2005, de acordo com a análise do Índice de Severidade Diário (DSR).

É visível o agravamento registado no mês de julho, sobretudo entre os dias 8 e 15 e posteriormente nos últimos dias do mês, com um declive muito acentuado da linha do DSR.

Evolução do Índice de Severidade Diário (DSR) entre 2003 a 2012



Fonte: AFN

Analisando as ocorrências e as respetivas áreas ardidas entre 2002 e 2012 no período de 1 de janeiro a 31 de julho verifica-se que o ano de 2012 regista um número de ocorrências superiores às médias do decénio 2002-2011. As diferenças são mais evidentes na área ardida do que no número de ocorrências. O ano de 2012 registou quase 1,5 vezes mais área ardida do que a média dos últimos dez anos, essencialmente

em virtude do agravamento da área ardida de mato (que é quase duas vezes superior à média).

ANO	Nº ocorrências			Área Ardida (ha)		
	Incêndios	Fogachos	Total	Povoamento	Mato	Total
2002	3.444	10.957	14.401	42.058	29.956	72.014
2003	2.346	9.460	11.806	68.111	30.496	98.607
2004	3.072	11.223	14.295	47.837	57.632	105.469
2005	4.452	15.668	20.120	54.385	37.993	92.378
2006	1.466	8.721	10.187	11.824	8.521	20.345
2007	607	4.234	4.841	2.798	2.183	4.981
2008	1.145	5.860	7.005	2.247	4.236	6.483
2009	2.612	8.409	11.021	6.836	16.731	23.567
2010	1.386	7.079	8.465	11.795	13.851	25.646
2011	1.849	9.138	10.987	7.494	14.024	21.518
2012*	3.128	10.761	13.889	26.780	40.272	67.052
Média decénio (2002-2011)	2.238	9.075	11.313	25.539	21.562	47.101
nº vezes superior à média	1,4	1,2	1,2	1,0	1,9	1,4

Fonte: SGIF

*dados provisórios. Está contabilizada a ocorrência registada em Catraia (Tavira) na qual se estimou, com recurso a imagens de satélite, que terão ardido cerca de 23.958ha, dos quais 21.562ha em espaços florestais (6.708ha de povoamento e 14.854ha de mato).

Em termos distritais, Faro é o que apresenta maior área ardida (22 101 ha), sendo que 98% resulta do grande incêndio, onde se estima que terá afetado cerca de 21 562 ha de espaços florestais. Os distritos de Braga e Bragança mantêm valores de área ardida também preocupantes.

Distrito	Nº ocorrências			Área Ardida (ha)		
	Incêndios	Fogachos	Total	Povoamento	Mato	Total
Aveiro	125	1.170	1.295	714	256	970
Beja	9	31	40	31	13	44
Braga	437	1.088	1.525	4.032	3.870	7.902
Bragança	366	335	701	1.304	6.447	7.751
Castelo Branco	44	255	299	805	510	1.315
Coimbra	65	476	541	2.254	230	2.484
Évora	13	30	43	284	2	286
Faro	41	349	390	6.761	15.340	22.101
Guarda	257	195	452	1.164	2.978	4.142
Leiria	61	398	459	200	134	334
Lisboa	156	592	748	176	452	628
Portalegre	13	47	60	1.071	16	1.087
Porto	276	2.590	2.866	1.191	1.039	2.230
Santarém	59	438	497	1.941	126	2.067
Setúbal	24	425	449	222	35	257
Viana do Castelo	315	567	882	759	2.042	2.801
Vila Real	505	690	1.195	2.234	2.998	5.232
Viseu	362	1.085	1.447	1.637	3.784	5.421
Total	3.128	10.761	13.889	26.780	40.272	67.052

Fonte: SGIF
Dados provisórios

7. MEDIDAS PARA ATENUAR OS EFEITOS DA SECA

7.1 Apresentação

Apresenta-se, em Anexo, o ponto de situação das medidas tomadas para atenuar os efeitos da seca.

Esta apresentação encontra-se no sítio da internet do GPP, que está em permanente atualização, procurando expor-se informação detalhada sobre todas as medidas tomadas pelo MAMAOT. As orientações mais específicas para as candidaturas encontram-se nos sítios da Internet dos organismos diretamente responsáveis.

7.2 Divulgação

Para além da disponibilização de informação geral na página de internet do GPP e de informação mais detalhada nas páginas dos organismos responsáveis por cada medida, tem-se contado com o apoio das Confederações e Associações de agricultores na sua divulgação.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), enquanto entidade representada na Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Prevenção da Seca, também está a prestar apoio ao MAMAOT na disseminação das medidas adotadas, via internet e utilizando um edital nos Municípios e nas Juntas de Freguesia.

ANEXOS

Anexo I - Variação da Área Semeada

(%)

Culturas	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Culturas forrageiras ⁽¹⁾	-2	-5 a +35	-21 a -8	0	0
Prados temporários ⁽¹⁾		-15 a -5	-3	0	0
Pastagens permanentes ⁽¹⁾		-5		0	0
Cereais outono/inverno:					
Trigo mole	-14	-45 a +5	-47	-39	-2
Trigo duro			-88	-48	0
Triticale		-30 a -10	-33	-13	+20
Aveia	-8	-45 a +5	-89	-2	-63
Centeio	-13	-45 a -5	-64	-29	-64
Cevada	-32	-45 a -5	-71	-61	-33
Cereais primavera/verão:					
Milho sequeiro	+10		-8		
Milho regadio	-16		+16	+38	
Arroz			+21	0	
Girassol			-38	+7	
Batata:					
Batata sequeiro	-7	-80 a +10	-47	-91	-63
Batata regadio	-7	-30 a +20	+4	-69	-24
Hortícolas ar livre ⁽¹⁾	-20	-5			
Favas				-20	+7
Ervilhas				-20	-27
Feijão			-19	-23	
Melão			-9	+3	
Tomate para indústria			+1	-48	

Fonte: Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Nota: Variação % em relação ao valor médio do quinquénio 2006/07 a 2010/11, retirando para o cálculo da média o melhor e o pior ano

⁽¹⁾ Variação em relação ao ano anterior 2010/2011

Anexo II - Variação da Produtividade

(%)

Culturas	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Culturas forrageiras ⁽¹⁾	-30 a -20	-65 a -15	-30 a -10	-42	-53 a -45
Prados temporários ⁽¹⁾	-34 a -30	-50 a -15	-9	-40	-65 a -55
Pastagens permanentes ⁽¹⁾	-34 a -30	-70 a -20		-60	-70 a -60
Cereais Outono/Inverno:					
Trigo mole	-33	-50 a -15	-63	-36	-52 a -50
Trigo duro			-66	-34	-52 a -50
Triticale		-40 a -15	-51	-42	-52 a -50
Aveia	-30	-50 a -15	-26	-41	-47 a -45
Centeio	-20	-50 a -15	-19	-69	-47 a -45
Cevada	-34	-50 a -15	-26	-40	-52 a -50
Cereais de Primavera/Verão					
Milho grão sequeiro	+4		+47		
Milho grão regadio			0		
Batata:					
Batata sequeiro	-2	-70 a -5	+30	-13	-55 a -40
Batata regadio	+4	-30 a +10	-23	-1	-5
Hortícolas ar livre ⁽¹⁾	-25 a -20	-10			
Favas				-80	-60 a -50
Ervilhas				-80	-60 a -50
Hortícolas Estufa ⁽¹⁾	-15				
Culturas Permanentes					
Citrinos	-26	-20 a -5	+6 a +15		-30 a -15
Vinha uva de mesa	-8	-25 a +40	-27	0	-10 a -5
Vinha uva de vinho	-20 a -10			0	
Prunóideas		-20 a +20			-10 a -5
Pessegueiro	-11	-25 a -10	-33	0	
Cerejal	-14	-35 a -10	+7	0	
Pomóideas		-5			-10 a -5
Macieiras	-27	-30 a -10	+13	-6	
Pereiras	-23	-15 a -10	-39	-7	
Amendoal	-14				-20 a -10
Alfarrobal					-40 a -30
Figueiral	-31				-10 a -5
Castanheiro	-34				
Subtropicais					-20 a -15
Olival sequeiro	-45 a -31	-30 a -15		-40	

Fonte: Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Nota: Variação % em relação ao valor médio do quinquénio 2006/07 a 2010/11, retirando para o cálculo da média o melhor e o pior ano

(1) Variação em relação ao ano anterior 2010/2011

MEDIDAS PARA MINIMIZAR OS EFEITOS NEGATIVOS DA SECA

(Em permanente atualização no sítio do GPP)

Anexo III -Medidas de Derrogação Administrativa

Modo de Produção Biológico (MPB)

1. Autorização temporária de utilização de alimentos convencionais para animais

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Autorização temporária de utilização de alimentos convencionais na alimentação de ruminantes em Modo de Produção Biológico, mediante solicitação do produtor ao Organismo de Controlo, devidamente fundamentado, em formulário próprio.	Em vigor Aviso n.º4779/2012, do GPP, D.R. 2ª série, 29 de março Comunicação à CE	Aplicação ao território nacional por um período de duração máxima de 10 meses, com efeitos retroativos a 1 de fevereiro

Produção Integrada (PRODI)

1. Derrogação temporária de normas para alimentação animal

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Derrogação temporária de algumas normas para alimentação animal em Modo de Produção Integrada (PRODI), mediante requerimento dos interessados, não pondo em causa os princípios gerais deste modo de produção.	Em vigor Despacho DGAV de 23/03/2012	Transitoriamente até 31 dezembro de 2012

2. Derrogação temporária de utilização de produtos fitofarmacêuticos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Derrogação temporária da proibição de utilização de produtos fitofarmacêuticos para controlo de infestantes /pragas/doenças em agricultura em Modo de Produção Integrada (PRODI) mediante pedido de autorização devidamente fundamentado, formulado pelo produtor.	Em vigor Comunicado da DGADR	Durante período de ocorrência de seca

Regime de Pagamento Único (RPU)

Flexibilização da gestão de pagamentos diretos - prémios animais:

1. Diminuições temporárias dos efetivos pecuários

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Flexibilização da gestão de pagamentos diretos ligados à produção (prémios animais): Não penalização por subutilização de direitos ao prémio por ovelha e cabra e ao prémio à vaca aleitante (para 2012 a utilização mínima de direitos é de 70%), o que implicaria a perda dos direitos não utilizados para a Reserva Nacional.	Em vigor Despacho Normativo nº. 8/2012 do MAMAOT de 30/03/2012 D.R. 2ª série nº. 12 de 11 de abril	A título excecional, prémios de 2012

2. Períodos mínimos de retenção dos animais nas explorações

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Flexibilização da gestão de pagamentos diretos ligados à produção (prémios animais): Flexibilização das obrigações de cumprimento de períodos mínimos de retenção dos animais nas explorações. Retenção vacas em aleitamento - 5 meses em vez de 6, a partir de 1 de fevereiro Retenção ovelhas e cabras – 80 dias em vez de 100, a partir de 30 de abril	Em vigor Aprovado em Comité de Gestão de Pagamentos Diretos Em 30 de maio	Aplicável às candidaturas de 2012

Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)

1. Medida n.º 2.1 - "Manutenção da atividade agrícola em Zonas Desfavorecidas" - Áreas de pousio

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.1 - "Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas", do PRODER - Suspensão sobre o limite que impende sobre a elegibilidade das Áreas de Pousio.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

2. Ação n.º 2.2.1 - "Alteração dos Modos de Produção Agrícola" - Tabela de produção de referência

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.2 MAA - "Valorização de Modos de Produção", Ação n.º 2.2.1 - "Alteração de Modos de Produção Agrícola", do PRODER - Suspensão da obrigação de comercializar a produção obtida de acordo com os valores da tabela de referência divulgada no sítio do PRODER. Nas áreas semeadas de cereais que não são colhidas devido à seca, é possível o seu pastoreio, desde que não sejam ultrapassados os níveis de encabeçamento previstos na regulamentação em vigor e que não seja colocado em risco o cumprimento dos restantes compromissos assumidos no âmbito da ação em causa.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

3. Ação n.º 2.2.2 - "Proteção da Biodiversidade Doméstica" - Cabeças normais

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.2 MAA - "Valorização de Modos de Produção", Ação n.º 2.2.2 - "Proteção da Biodiversidade Doméstica", do PRODER - Não aplicação de sanções por incumprimento do dever de manter o número de cabeças normais inicialmente declaradas.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

4. Ação n.º 2.3.2 - "Ordenamento e Recuperação de Povoamentos" - Densidades

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ação n.º 2.3.2 - "Ordenamento e Recuperação de Povoamentos", do PRODER - Não aplicação de sanções por incumprimento das Densidades previstas nos Planos de Gestão Florestal, por operações de florestação ou de reflorestação.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

5. Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - Encabeçamentos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - Não aplicação de sanções por incumprimento dos encabeçamentos mínimos.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

6. Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - Ajustamentos pontuais de compromissos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - As Estruturas Locais de Apoio podem definir orientações e autorizar ajustamentos de compromissos mediante a análise das situações concretas e a evolução da situação climática.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

Outras

Áreas de Florestação de Terras Agrícolas - Pastoreio

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Consentir o pastoreio, que não apenas por gado ovino, nas Áreas de Intervenção de Projetos de Florestação de Terras Agrícolas (Reg. 2328/91, Reg. 2080/92 e RURIS-FTA), mediante a verificação de determinadas condições (altura do povoamento, fase de desenvolvimento, cumprimento do POG) e salvaguardando que esta atividade não é elegível para qualquer outro tipo de apoios.	Para os projetos RURIS-FTA já é admissível o pastoreio por gado ovino, para efeitos de controlo da vegetação espontânea, a partir do último prémio à manutenção. Os beneficiários responsabilizam-se pela manutenção e proteção dos povoamentos. Esta determinação pode ser extensível ao Reg. 2328/91 e Reg. 2080/92 Em curso alteração das portarias	Em contínuo

Áreas de Florestação de Terras Agrícolas - Adensamento

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Prorrogação do prazo concedido para regularização dos projetos que não apresentavam as densidades mínimas legalmente previstas, por mais um ano _ Regulamento (CEE) nº 2080/92-, só a aplicar a projetos na Fase de Manutenção nas duas situações: Opção de não proceder à reposição da densidade pela forte probabilidade de insucesso devido à seca; Realização da retancharia, mas que vistoria subsequente efetuada pela entidade competente tenha confirmado insucesso devido a seca, havendo lugar, a título excecional, do pagamento do Prémio à Manutenção	Em vigor Comunicação, pelo IFAP, às DRAP dos procedimentos a adotar em sede de controlo	Campanha 2011-2012

Anexo IV - Medidas Comunitárias de Antecipação do Pagamento e Outras

Regime de Pagamento Único (RPU)

1. Antecipação do Pagamento RPU 2012

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Antecipação de apoios RPU 2012 - Pagamento de 50% do Pagamento Único 29/10 a 02/11/2012 (238 Meuro)	Pedido à CE por carta Sra. MAMAOT ao Comissário Ponto agendado para reunião CMA Aprovado no Comité de Gestão dos Pagamentos Diretos em 25/7 (adiantamento de um mês)	Aplicável às candidaturas de 2012

Ajudas Diretas

1. Antecipação do Pagamento dos Prémios Ovelha e Cabra 2012

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Antecipação de apoios prémios animais 2012 - 50% do prémio por ovelha e cabra 29/10 a 02/11/2012 (14,5 Meuro prémio ovelha e cabra)	Pedido à CE por carta Sra. MAMAOT ao Comissário Aprovado no Comité de Gestão dos Pagamentos Diretos em 25/7	Aplicável às candidaturas de 2012

2. Antecipação do Pagamento dos Prémios Vaca Aleitante 2012

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Antecipação de apoios prémios animais 2012 - Aumento de 60% para 80% do adiantamento do prémio à vaca em aleitamento 29/10 a 02/11/2012 [17,6 Meuro prémio vaca aleitante (acréscimo de 20%)]	Pedido à CE por carta Sra. MAMAOT ao Comissário Aprovado no Comité de Gestão dos Pagamentos Diretos em 25/7	Aplicável às candidaturas 2012

Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)

1. Flexibilização de prazos, nas diferentes medidas PRODER, para realização dos investimentos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Os efeitos associados à seca constituem fundamento suficiente para a prorrogação do prazo de execução das componentes dos investimentos associadas a plantações de culturas permanentes e plantações florestais. De acordo com os procedimentos para a realização de investimentos (Orientações Técnicas Gerais nº 6 e 7, disponíveis no site do PRODER), o promotor pode pedir um adiamento do prazo para a realização de investimentos, desde que o respetivo pedido, apresentado no Módulo de Alterações do Balcão do Beneficiário, seja devidamente fundamentado e exista evidência clara de que o projeto vai ser executado.	Em vigor Informação no sítio do PRODER	Autoriza flexibilização dos prazos até, no máximo, 31/03/2015

2. Ação n.º 1.1.2 – “Apoio aos investimentos de pequena dimensão” - Prioridade equipamento rega e armazenamento de água

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ação n.º 1.1.2 - "Apoio aos investimentos de pequena dimensão", do PRODER Na hierarquização dos pedidos de apoio constituem 1ª prioridade os investimentos associados à captação, retenção, transporte e distribuição de água.	Em vigor Concurso aberto a 22 maio Informação no sítio do PRODER	Desde 1 janeiro de 2012, em contínuo

3. Medida nº 2.1 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas 32, 819 Meuro	Efetuada Pagamento efetuado a 27/04/2012 (Anteriormente agendado para 28/05 a 01/06/2012)	Saldo 2011

4. Ação nº 2.2.2 - Proteção da Biodiversidade Doméstica

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Valorização de Modos de produção: Proteção da Biodiversidade Doméstica 1,772 Meuro	Efetuada Pagamento efetuado a 20/04/2012 (Anteriormente agendado para 25 a 29/06/2012)	Saldo 2011

5. Medida nº 2.2 – Valorização dos Modos de produção, Ação nº 2.2.1 Alteração dos Modos de Produção Agrícola e Ação nº 2.2.4 Conservação do Solo, e Medida nº 2.4 Intervenções Territoriais Integradas

	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo; Intervenções Territoriais Integradas 20,752 Meuro	Efetuada Pagamento efetuado em 31/05/2012 (Anteriormente agendado para 25 a 29/06/2012)	Saldo 2011

6. Medida nº 2.1 Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas – Adiantamento de 70%

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas – Adiantamento de 70% 75 Meuro	Efetuada Pagamento efetuado em 30/07/2012 (Anteriormente previsto para 24 a 28/09/2012)	2012

7. Medidas Agro e Silvo Ambientais - Proteção da Biodiversidade Doméstica – Adiantamento de 70%

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Proteção da Biodiversidade Doméstica – Adiantamento de 70% 2,6 Meuro	Pagamento de 29/10 a 02/11/2012 (datas previsionais) (Anteriormente previsto para 05 a 09/11/2012)	2012

8. Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo; Intervenções Territoriais Integradas – Adiantamento de 70%

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo; Intervenções Territoriais Integradas – Adiantamento de 70% 39 Meuro	Pagamento de 24 a 28/09/2012 (datas previsionais) (Anteriormente previsto para 19 a 23/11/2012)	2012

Anexo V - Medidas de Caráter Nacional

Apoio à pecuária

1. Subvenção a Fundo Perdido aos Produtores Pecuários de Ruminantes

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ajuda Nacional aos produtores pecuários de ruminantes para compensar custos adicionais com alimentação por escassez de pastagem - ajuda forfetária - subvenção a fundo perdido. Montante total de 20 Meuro	Pagamento efetuado Despacho Normativo nº. 5/2012 de 04 de abril, DR, 2ª série nº. 71 de 10 de Abril Apresentação dos pedidos até 20 dias de calendário contados da entrada em vigor do diploma Despacho Normativo nº 13/2012 de 28 maio, DR nº 106, 2ª série de 31 de maio, que altera o Despacho Normativo nº5/2012 Condições de elegibilidade e forma de acesso disponíveis no sítio do IFAP	

2. Linha de Crédito para Alimentação Animal

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Linha de Crédito para Alimentação Animal, com bonificação de juros Dirigida a operadores do setor de pecuária extensiva (bovinicultura, equinicultura, ovinicultura, caprinicultura e suinicultura) e apicultura. O montante de crédito poderá atingir 30 Meuro) Poderão ainda vir a aceder à presente linha de crédito operadores que exerçam outras atividades agrícolas, nos termos e condições a definir por portaria do MAMAOT O montante global do crédito (pecuária e outras atividades a definir) não poderá exceder 50 Meuro	Em vigor Decreto-lei nº 101/2012, de 05/04, DR nº92, 1ª série, de 11/05 Candidaturas até 30 de abril, prorrogadas posteriormente até 15 de junho Circular e formulário para crédito para alimentação animal disponíveis no sítio do IFAP	Prazo máximo de um ano, a contar da primeira utilização do crédito.

Redução de custos de produção

1. Ajuda à Eletricidade

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ajuda à eletricidade - compensar os custos de eletricidade utilizada na atividade agrícola e pecuária exercida diretamente nas explorações agrícolas e pecuárias. O valor da ajuda é equivalente a 40% do valor do consumo faturado, excluindo o IVA (5 Meuro)	Despacho em preparação	Período elegível: setembro 2011 a março de 2012

2. Isenção de Taxa de Recursos Hídricos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Taxa de Recursos Hídricos - isenção da taxa na agricultura Os utilizadores que já efetuaram o pagamento deverão solicitar a sua devolução à entidade que liquidou a TRH. Os restantes utilizadores irão receber comunicação das ARH anulando anterior nota de liquidação. (1,6 Meuro)	Em vigor Despacho MAMAOT nº. 4825/2012, publicado em DR nº. 69, 2ª série de 5 de abril Consultar sítio do INAG	Ano de 2011 (cujo pagamento se processa em 2012)

3. Apoio à distribuição de água para abeberamento de gado

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Apoio aos agricultores ou às corporações de bombeiros para distribuição de água para abeberamento de gado	Em vigor na área de influência da EDIA	Durante período de ocorrência da seca

4. Redução do risco de incêndios florestais

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas de emergência de âmbito setorial Redução do risco de incêndios florestais em termos de prevenção, vigilância e combate	Declarar como período crítico de combate aos incêndios florestais o período entre 1 de julho e 30 de setembro	1 de julho a 30 de setembro

Simplificação Procedimentos

1. Anexação de parcelas para pastoreio

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Possibilidade de determinadas parcelas aráveis enquadradas em explorações agrícolas sem animais, poderem vir a ser pastoreadas por animais de explorações pecuárias vizinhas ou próximas (Bovinos e Pequenos Ruminantes)	Em vigor Nota Informativa e Requerimento no sítio da DGAV	Até 31/12/2012

Âmbito fiscal e parafiscal

1. Aceleração de reembolso do IVA pelo Estado

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Aceleração do reembolso do IVA pelo Estado Para reembolso solicitado em 2012 por sujeitos passivos que tenham como atividade, exclusiva ou principal, a agricultura ou a produção animal. A ser restituído no prazo de: 30 Dias a contar da receção da garantia prestada, no caso do primeiro reembolso 30 Dias a contar da data de receção do pedido do reembolso, nos restantes casos	Em vigor Despacho nº 345/2012 – XIX, de 22/06, do SEAF	2012

2. Imposto sobre o Rendimento – Pagamentos por Conta

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Imposto sobre o Rendimento Concentração da totalidade dos pagamentos por conta: - Sujeitos passivos de IRS até ao dia 20 de dezembro - Sujeitos passivos de IRC até ao dia 15 de dezembro ou do 12º mês do respetivo período de tributação Que desenvolvam a título principal uma atividade agrícola, silvícola ou pecuária	Em vigor Lei 20/2012, publicado em DR nº. 93, 1ª série de 14 de maio Artigo 21º	2012

3. Redução temporária de pagamento de contribuições à Segurança Social

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
- Dispensa do pagamento de contribuições à segurança social a produtores agrícolas com exercício exclusivo de atividade e respetivos cônjuges que exerçam efetiva e regularmente atividade profissional na exploração (6 M€) - Diferimento do prazo de pagamento de contribuições das entidades empregadoras relativamente aos seus trabalhadores que exerçam atividade agrícola nas explorações. A dispensa ou o diferimento abrange explorações agrícolas e pecuárias que comprovem perdas de rendimento superior a 30%.	Em vigor Portaria 178-A/2012, publicado DR nº 106, 1ª série, de 31 de maio Requerimento até 2 de julho, prorrogado até 16 de julho Portaria 226-A/2012, publicado DR nº 148, 1ª serie de 1 de Agosto Requerimento até 15 de Setembro (dispensa ou diferimento de julho a outubro)	maio a outubro de 2012

